



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 18/06/2009, sob a coordenação do Sr. Hélio Neves, realizou-se a 114ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 113ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse do Sr. Luis Oliveira Ramos e Sra. Olga Maria Soares e Gross, como conselheiros titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do Dia:

1. Exposição sobre o processo legislativo que institui a **Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo – Lei nº 14.993/09**, pelo Vereador José Police Neto.
2. Exposição sobre a **Política Municipal dos Resíduos Sólidos no Município de São Paulo**, pelos Srs. Wagner Taveira da Silva e Afonso Celso Teixeira de Moraes representantes da Secretaria Municipal de Serviços.
3. **Discussão e Votação do Parecer Técnico 30/CADES da Câmara técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação** que analisa o pedido de reclassificação de uso Industrial Ind-2 para Ind-1 da empresa MWM Internacional Indústria de Motores da América do Sul Ltda, pelo presidente da Câmara Técnica, Conselheiro Luis Oliveira Ramos.
4. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 113ª Reunião Plenária Ordinária do CADES (*encaminharemos posteriormente*)
- Parecer Técnico nº 30/CADES/09
- Lei Municipal nº 14.993 de 05 de junho de 2009.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos. Vamos dar início à 114ª Reunião Plenária Ordinária do CADES aqui na UMAPAZ, no Parque do Ibirapuera. Vamos votar a ata depois que nós obtivermos o quorum. Apesar dela não estar presente ainda, depois ela vai assinar a posse, dar a posse a Olga Maria Soares e Gross como Conselheira Suplente, Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e o titular é o Luis Oliveira Ramos. Sugestões para inclusão na pauta? Então vamos para a Ordem do Dia. Vocês receberam um editorial do jornal O Estado de São Paulo sobre a lei da Política de Mudança de Clima do Município nós achamos importante porque a aprovação dessa lei aconteceu no espaço dentre a última reunião e essa nossa reunião. O CADES achou importante ter um registro da aprovação dessa lei no município e também entende que ao mesmo tempo que se comemora a aprovação da lei se registra um desafio na regulamentação que esse conselho pode ter um papel muito importante, isso está sendo colocado muito pelas entidades ambientalistas, o papel importante que o CADES pode ter na regulamentação e na implementação efetiva dessa lei. Então para fazer uma exposição sobre o Processo Legislativo que institui a "Política de Mudança de Clima no Município de São Paulo", Lei 14.993/2009, nós temos aqui a presença do Vereador José Police Neto que como líder do governo apoiou e acompanhou toda a tramitação do Projeto na Câmara Municipal, por favor, Vereador.

Vereador José Police Neto: Bom dia a todos e a todas, agradeço o convite do Conselho para vir aqui apresentar. Fizemos uma breve apresentação para ilustrar um pouquinho como que foi o processo legislativo que deu fim no dia 05 desse mês à Política de Mudanças. Fizemos um rápido fluxo só para compreendermos o que aconteceu na Câmara nesses sete meses que separaram a apresentação do projeto pelo Prefeito e a votação no Plenário há 2, 3 semanas atrás.

Exposição sobre o processo legislativo que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo – Lei nº 14.993/09:

Vereador José Police Neto: Aqui damos um pouco a forma como que se dá o Processo Legislativo, conjunto de ordenamentos na forma estabelecida pela Constituição e como isso acontece. Projeto Elaboração Executiva no caso um Projeto elaborado pela Secretaria do Verde e do Meio ambiente e tramitando por outras secretarias envolvidas, apresentado em Plenário. Ele é lido em Plenário para conhecimento da sociedade depois vai para publicação em Diário Oficial, depois da publicação em Diário Oficial ele tem um curso legislativo e ele recebeu o número de 530 de 2008, depois da sanção do Prefeito, Lei 14.933. Elaboração parte executiva, protocolado em 14/08/2008 lido em Plenário no mesmo dia, autuado no mesmo dia e distribuição para 5 comissões, Comissão de Justiça, que é a comissão que faz a análise prévia da constitucionalidade e legalidade da matéria, depois Comissão de Política Urbana, que é onde se discutem as questões ambientais, Comissão de Mérito, Comissão de Administração, Comissão de Administração de Atividade Econômica Trânsito e Transporte, foram as três comissões de mérito que o projeto passou e Comissão de Finanças e Orçamento. Dentro da apresentação que vamos deixar, juntamos todos os documentos oficiais, então o projeto encaminhado na forma original para o executivo, o despacho para publicação e assim por diante. Publicação em 15, Diário Oficial, página 67, encaminhamento no dia 19 para Comissão do Conselho e Justiça e Audiências Públicas ainda em 2008 realizadas pela Comissão de Finanças e Orçamento. Primeira Audiência Pública realizada em 28/11, eu presidi no caso essa Audiência Pública a Representação do Governo para esta Reunião foi Chefe de Gabinete da SVMMA, Hélio Neves e estes foram aqueles que participaram do debate naquela ocasião Rodolfo, o Airton do "Movimento Nossa São Paulo", o Vicente, Virginia e o Wilson Araújo. Segunda Audiência Pública no dia 05/12 também com o Hélio Neves na representação da Secretaria, Rodolfo e José Ramos. No dia 18/02, o projeto é relatado na Comissão de Conselho e Justiça pelo Vereador Celso Jatene que teve parecer aprovado em 08/04 pela legalidade. Dia 08/04 ele



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

é incluído na Primeira Sessão da Reunião Extraordinária de número 21 e ali ele é deliberado em primeira votação. Nos debates vereadores que cederam, o Vereador Penna, Paulo Frange, com apartes, depois a gente teve a votação simbólica do projeto, então a primeira votação que é a votação da admissibilidade o projeto não recebeu nenhuma manifestação contrária. A partir daí ele vai para o 2º processo de discussão que é a segunda e definitiva que remete ao executivo a possibilidade de sanção. Ele é incluído para 2ª votação pela primeira vez no dia 29/04 e 38 minutos debatidos com o Vereador Natalini e o Vereador Francisco Chagas nessa ocasião inicia a polêmica dos fretamentos. então teremos no curso do Processo Legislativo dois momentos: o momento que se discutiu o projeto enquanto seu conceito até o momento em que um detalhe do projeto, detalhe esse que fazia parte das disposições gerais passou a ter a principal importância do projeto e passamos aí 20 dias discutindo com a sociedade o adorno e não o principal da matéria. Dia 27 também foi incluído, os vereadores que cederam foram Floriano e Claudio Fonseca, nesse dia 27 é o dia que se constrói o entendimento entre os vereadores de deliberação no dia 03, essa é uma quarta-feira que a casa não consegue votar tinha uma grande expectativa da votação nesse dia, me parece que ainda o Prefeito tava em viagem internacional e a grande expectativa era a deliberação nesse dia, não foi possível a deliberação nesse dia por conta da questão dos fretamentos, mas se construiu o entendimento para votação no dia 03 é apresentado um substitutivo assinado pelos vereadores Antonio Carlos Rodrigues, Paulo Frange e Juscelino Gadelha e porque esses três vereadores? Porque foram os três vereadores que apresentaram dois meses antes do projeto executivo um projeto com um desenho diferente, mas com a mesma motivação, então para garantir que esses vereadores que foram precursores da casa na matéria a liderança do governo construiu entendimento com os outros parlamentares para que não fosse necessário apresentar um substitutivo em cima do projeto deles, eles passaram a ser autor do substitutivo que foi elaborado pela liderança do governo com suporte da Secretaria do Verde e da Assessoria Técnico-Legislativa do Prefeito, o substitutivo foi aprovado no Congresso de Comissões, que é o parecer das comissões reunidas, e foi levado a votação em Plenário. Aqui deixamos as informações do texto, então temos o texto conforme ele foi apresentado, depois temos o quadro de votação os 51 vereadores que participaram na hora da deliberação, optou-se por uma forma de registro do voto na 2ª votação e não só de votação por lideranças, por uma questão objetiva tinha-se um substitutivo então o que obrigava a manifestação expressa de cada um dos parlamentares na nova matéria apresentada mesmo que esse substitutivo sabido de todos tinha sido elaborado pela liderança do governo com o suporte do executivo, compreendeu-se a necessidade de levá-lo a deliberação com voto nominal, depois o vídeo deixamos registrado também para ficar aqui com vocês os debates que sucederam e a cópia autêntica dos outros documentos e a publicação no Diário Oficial, então essa é o breve histórico do Processo Legislativo e tinha duas outras questões que me parecem fundamentais a gente abordar que talvez esse tenha sido o processo em que mais a sociedade se envolveu com lista de assinaturas eletrônicas pela aprovação do projeto, os gabinetes sendo reincidentemente acionados, se questionando vai votar? Não vai votar? Porque não vota? A polêmica embora em nossa opinião pessoal, injusta da discussão do fretamento para o projeto, não tirou a importância do que estava se fazendo naquele momento, mas as distâncias ainda do debate e da sociedade são ainda muito grandes. Então não dá para não reconhecermos que cinco participações numa Audiência Pública e duas na outra não conseguem encantar a sociedade daquilo e do esforço que estava sendo feito por vocês que debateram um pouco essa matéria, pelos vereadores e pelo Poder Público como um todo. Então um pouco do sentimento para sairmos da questão formal da tramitação. O ambiente da decisão que é o plenário e o ambiente que é prévio a ela que são as audiências públicas eles só podem ser enriquecidos quando aqueles que têm informação importante para esse processo se manifestam, então vão ao encontro do debate e realizam o debate. Nós não conseguimos enxergar esse debate de qualidade em cima do projeto, conseguimos enxergar boas apresentações realizadas pelo Hélio Neves, mas o debate não aconteceu. E quando o debate não acontece fica a impressão que aquilo era um



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

desejo do governo e lei não pode ser desejo do governo lei tem que ser muito mais do que isso tem que ser instrumento de desenvolvimento para sociedade, porque eu falo isso? Porque este foi um projeto que ele não tinha polêmica de adversário, então você não tinha a bancada de situação e a bancada de oposição disputando para ver quem jogava para quem o ônus frente à opinião pública, se você não tinha isso era um ambiente absolutamente possível de fazer um amplo debate. Agora, porque trazer essa discussão para dentro do conselho? Porque o conselho em outras ocasiões poderá levar este debate de qualidade para dentro do parlamento, então talvez essa seja a principal ação que nós ainda não conseguimos desenvolver, então como iniciaremos na segunda-feira da semana que vem os debates no Parlamento da Revisão do Plano Diretor e uma parte grande do Projeto de Mudanças Climáticas ele indica essa necessidade da mudança do comportamento para que lá na frente o cidadão quando passe em uma grande avenida e observe um prédio edificado e uma área reservada para o verde ele vai sentir a cidade desenvolvida ao olhar a área preservada não a área edificada, então nas apresentações e nos debates dos artigos 30, 31, 32 que tratam dessa questão do valor econômico que a área preservada tem ficou muito claro isso, mas nada debatido então para que seja uma verdade para o desenvolvimento de uma cidade justa e sustentável faço uma sugestão ao conselho, uma participação efetiva nos debates da revisão do Plano Diretor, para que todo esse arcabouço jurídico que se inicia com a lei que vai ser regulamentado pelo Poder Público, mas que deve também invadir de maneira bastante poderosa as regras de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo e aí o que é importante é fazer o debate que a gente não conseguiu fazer para chegar ao projeto, a ausência desse debate permitiu a gente passar duas ou três semanas imaginando que a gente poderia não ter a Política Municipal de Mudanças Climáticas por conta de ônibus fretado, então para nós vemos o risco que corremos quando nós não aceitamos o bom debate quando acreditamos que o curso das coisas é o limite daquilo que está escrito para nós. Não, nós tínhamos que fazer o projeto, tínhamos que deliberar isso, manda lá para Câmara e agora vamos esperar para ver o que sai de lá. Acho temos que ter uma postura diferente, muito mais pró-ativa nessa questão da relação com o parlamento, tem que ter uma presença maior, sugestões efetivas dentro da casa, para que nós não tenhamos o risco de em outros processos legislativos serem interrompidos por ações absolutamente acessórias a elas, importantes, mas acessórias, aquilo que nós estávamos discutindo. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Hélio Neves que está coordenando também a sessão hoje, porque o Secretário Eduardo Jorge está fora do Brasil representando a Prefeitura.

Helio Neves: Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer imensamente ao apoio que o Netinho tem prestado as Políticas Ambientais na Câmara, já tinha um papel de liderança de governo, e exerce um papel muito importante de coordenar as ações tanto dos parlamentares quanto do diálogo com a oposição para que consigamos tramitar com mais tranquilidade os projetos que nos diz respeito. Isso aconteceu já em todas as leis em que temos conseguido aprovar na Câmara, inclusive, a da Reestruturação da Secretaria, e nas demais que temos enviado para Câmara Municipal ele tem tido um papel muito importante e tem conseguido obter sucesso na tramitação desses processos. E, para nós tem sido muito importante e, eu quero agradecer de público aqui em nome do Eduardo Jorge, em nome da Secretaria, esse apoio que ele vem propiciando para nós na Câmara. Como ele já disse, a aprovação dessa lei, primeiro acho que é extremamente positiva, insere uma novidade bastante grande do ponto de vista de diretrizes de como a prefeitura deve lidar com as questões de mudança climática, mas não apenas de mudança climática, das questões ambientais como um todo, porque elas impactam em toda questão ambiental na cidade, quando se fala de transporte, quando se fala de construção, quando se fala de uso e ocupação do solo, nós não estamos falando apenas de mudança climática que é uma coisa extremamente importante, mas ela rebate em toda questão ambiental que eu acho que a gente tem que olhar com bastante carinho, bastante cuidado o que foi aprovado, a lei que foi aprovada



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

com pequeníssimas modificações do que foi proposto a partir de um trabalho intenso que envolveu a Fundação GETÚLIO VARGAS, o ICLEI, especialistas diversos em questões relativas a meio ambiente e mudanças climáticas e com os debates que aconteceram inclusive aqui no CADES antes de enviarmos esse projeto ao executivo onde também aconteceu um processo de discussão difícil e demorado porque evidentemente nós estamos falando de intervenções que mexem muito com o modo de funcionar os outros setores da economia e das secretarias da prefeitura, o que exigiu também um esforço coordenado de todos para que nós conseguíssemos tramitar no poder executivo e chegar a Câmara Municipal demorou até mais no executivo do que na Câmara inclusive, porque evidentemente as secretarias que são afetadas diretamente pelo que a lei estabelece elas tinham que pensar como elas iriam se organizar para dar conta de lidar com essas questões, então eu acho que é um momento bastante importante, mas ela não se encerra na aprovação da lei ela dá diretrizes, dá uma série de caminhos, estabelece uma série de posturas, mas que tem que rebater de maneira muito concreta no Plano Diretor, que eu acho que nós vamos ter que exercer um trabalho intenso daqui até a aprovação do Plano Diretor para que ele incorpore de maneira definitiva o que foi estabelecido, definido nesta lei. A lei cria um grupo de trabalho intersecretarial e que tem a função de preparar o andamento de tudo que tem que ser feito para que consigamos cumprir as obrigações que a lei nos dá e não são poucas, são obrigações robustas e que vão exigir um esforço grande da prefeitura e da sociedade para atingir estes objetivos que estão estabelecidos na lei para que São Paulo possa de fato contribuir de maneira objetiva e dentro daquilo que São Paulo inclusive representa de poder econômico, de poder de influência cultural, de capacidade de geração de política no Brasil no sentido de influenciar o Brasil, influenciar os outros municípios, influenciar a política nacional para que o Brasil assumira de fato a sua responsabilidade no que diz respeito as mudanças climáticas. Eu acho que o Brasil tem tido uma postura muito tímida. Nosso país teria condições de ser liderança de ponta na questão de mudança climática. Nós temos uma matriz energética das mais limpas do mundo, podemos melhorar muito ainda e poderíamos exercer um papel de liderança muito mais ofensivo do que exercemos. A aprovação da lei vai muito nesse sentido de indicar um caminho que devemos perseguir e que não acaba na lei. Temos que trabalhar para que ela se torne realidade e consigamos cumprir até 2012, com tudo o que ela estabeleceu de obrigações e daí para frente continuarmos realizando o que a lei dá de partida. É lei, nós estamos discutindo isso há muito tempo mais a lei dá uma partida em uma série de outras obrigações, responsabilidades, procedimentos, modos de operar a cidade. Nós temos que trabalhar para que isso se torne de fato realidade, e exerçamos uma liderança não apenas na aprovação da lei, que já é uma coisa muito importante, mas de fato realizando aquilo que a lei nos manda fazer. Muito obrigado Netinho.

Coordenadora Helena Magozo: Está aberta a palavra aos conselheiros.

Cons. Marcos Moliterno: Bom dia a todos, bom dia Hélio, bom dia Vereador, a minha questão, já que o senhor pede a nossa participação, existe algo que me incomoda e me incomoda há muito tempo que é a questão de coleta seletiva no município de São Paulo por tudo que ela atinge e os custos que são planejados dificilmente uma proposta dessa vai sair do executivo, então eu queria que o senhor desse um panorama se existe esse debate na Câmara, se não existe o porque não existe? E se não está no momento de começarmos a debater o assunto?

Vereador José Police Neto: O projeto que trabalhou com a questão mudanças no clima ele traz dois artigos específicos sobre a coleta seletiva inclusive estabelecendo obrigações no processo. No primeiro processo, que é o processo de espaço para recepção em edifícios, em complexos comerciais, então esta lei não se furtou a isso ela também indica o sistema que precisa ser associado a ele. A municipalidade tem hoje dois contratos que são os dois maiores contratos, que são contratos de



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

concessão, e também tem essa obrigação e eu acredito do ponto de vista das disciplinas legais nós não temos muito mais o que precisar para realizar a coleta seletiva, então senão vamos ficar imaginando que a lei só ela sozinha implantará a coleta. Nós podemos dizer o seguinte: o arcabouço jurídico já nos dá as obrigações e já nos indica a responsabilidade, a partir de agora é uma ação executiva e de fiscalização, executiva por quê? Porque o ato regulamentador vai ser do executivo a partir daquilo que a lei determinou, acho que esse esforço agora pode ser feito, as disciplinas complementares a coleta seletiva estabelecida na lei nos dá condição de dizer: - Temos inclusive tempo para realizar. Na Seção III - Gerenciamento de Resíduos Sólidos aprovados na lei definiu-se o nosso novo comportamento frente a ela. A regulamentação desse instrumento pode trazer um pouco essa questão da implantação definitiva. Saímos daquele campo de não ter o arcabouço jurídico, falta regulamentação a lei tem que ser regulamentada, esta lei não é uma lei para ser regulamentada em um único decreto, ela tem que ser regulamentada seção por seção, capítulo por capítulo e envolver mais de uma secretaria em muitas das ações. Eu acredito que agora são objetos da execução conjunto entre o poder público municipal e a promoção de medidas e o estímulo a minimizar a geração de resíduos urbanos, reciclagem, reuso de resíduos urbanos, então o conceito e o princípio do reuso da reciclagem e da seletividade da coleta estão estabelecidos de forma, agora sim, buscarmos essa aplicação e foi um pouco além na questão das exigências quando? "Os empreendimentos com alta concentração de circulação de pessoas como grandes condomínios comerciais, residenciais, Shopping Centers, centros varejistas, dentre outros conglomerados deverão instalar equipamento e manter programa de coleta seletiva de resíduos sólidos para obtenção do certificado de conclusão, licença de funcionamento e alvará de funcionamento cabendo aos poderes públicos o acompanhamento do desenvolvimento desses programas". Então definiu-se a obrigação para a conclusão da obra, portanto ter o sistema apto e depois a manutenção do sistema para continuar o seu regular funcionamento.

Cons. José Carlos: Bom dia a todos, José Carlos Andersen, Conselheiro Suplente do CADES, representando a SMT. Eu gostaria de dar uma informação e uma pergunta ao Vereador. A informação, eu presido uma comissão que está deliberando ações estratégicas para melhoria da qualidade do ar da cidade e em última instância qualidade de vida da cidade e entre essas ações nós entendemos que agora a regulamentação e o cumprimento dessa lei é a ação mais importante que nós teremos que fazer. Então a nossa proposta será, breve a gente vai apresentar aqui que o CADES tenha o seu papel, continue fazendo o seu papel de acompanhamento e cobrança do andamento da regulamentação e do cumprimento dessa lei, essa para nós é a ação mais importante que teríamos para propor. Eu estou ladeado aqui por alguns membros dessa comissão e o nosso entendimento em uma reunião que nós tivemos ontem foi nesse sentido. A pergunta que eu gostaria de fazer ao vereador é a seguinte, com relação a questão dos fretados que diz respeito diretamente a minha secretaria: eu achei muito interessante à saída que foi dada repassando, o artigo 47, que citava esse assunto não eliminou o assunto pelo contrário manteve-o só mudou a conotação de colocar para o poder público, o executivo e a secretaria a regulamentação dessa matéria, então eu gostaria que o vereador nos explicasse como é que foi feita essa negociação?

Vereador José Police Neto: Por incrível que pareça foi à negociação mais complexa, imagine só, a discussão com os setores da economia paulistana que fazem a gestão de 15.000 ônibus que hoje tem uma matriz energética poluente e eles aceitarem em 10 anos substituir toda essa frota por uma frota de combustível renovável, portanto com menor impacto foi muito mais fácil do que discutir com um setor que não chega a 1/3 desse, mas que não tem no município a força de impor a mudança da matriz energética, então o município não pode impor a um ônibus fretado a mudança da sua matriz energética, porque esse é um ônibus que ele é disciplinado pela ARTESP e pela ANTT, então agência estadual de transporte e agência nacional, a primeira discussão que tivemos com ele foi nessa linha:



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

olha, anunciem, peçam aos seus a gentes, a agência estadual e agência nacional o compromisso deles com vocês ratificados e aditivo nos seus contratos dizendo que em 10 anos vocês vão substituir e vocês saem das restrições, em tese, que serão imposta porque vocês terão restrição. Então o primeiro diálogo com este setor foi para dar a eles a mesma oportunidade, isso para nós é oportunidade, quando a cidade São Paulo passar a ter de ano em ano 10% da frota com uma mudança na sua matriz esta é daquelas mudanças que deve sugerir a outros uma mudança no seu próprio comportamento, até por conta do investimento que a sociedade vai fazer nessa mudança, todo mundo vai pagar um pouco essa mudança, o transporte público na cidade de São Paulo é subsidiado, portanto o setor público vai financiar parte da troca dessa matriz, não nos parecia justo que 15.000 ônibus passariam a ter essa mudança e os outros não, até porque você podia ter uma fuga a partir daí, então a fuga desse capital para um modelo de fretamento, então tinha uma preocupação, mas não vencemos esta discussão com este setor, esse setor se fechou, optou por um modelo de ir ao seu usuário anunciar que o fretamento ia acabar, como se uma lei que pretende qualificar a relação nossa com o meio ambiente pudesse enfrentar a questão de transporte coletivo, que o fretamento não deixa de ser um transporte coletivo e tem razão o setor quando fala que um ônibus tira das ruas 15, 18 carros, mas é verdade, a nossa discussão não era essa, queremos o fretamento mas queremos o fretamento com combustível limpo, por não conseguir esse bom diálogo com o setor, buscamos uma regra de dizer, olha, a Secretaria de Transportes terá que regulamentar o fretado para o fretado enquanto não tem a sua matriz energética substituída se integrar ao sistema público municipal que em 10 anos trocará a sua matriz energética, então a única forma que a gente encontrou foi à forma da integração por menor dano, então você vai obrigar sim no curso do tempo que o fretamento não rode por regiões onde você tem qualidade similar no transporte público verde, transporte público não poluente, então a fórmula encontrada foi manter a obrigação dessa regulamentação esta tem que ser uma regulamentação de integrar esse sistema importante, porque ele é melhor do que 15, 18, 20 carros mas ele não é melhor do que a frota que teremos. Integrar aquele que não aceitou passar por esse processo de depuração e aí ele vai ter que se integrar a esse que se qualificará.

Cons. Antonio Cunha: Antonio Cunha do Movimento de Moradores do Campo Belo. Aqui no artigo 18 que trata do uso e ocupação do solo está dito o seguinte: "A sustentabilidade da aglomeração urbana deverá ser norteada pelo princípio, da chamada cidade compacta". Agora nós temos mais outra novidade, que é chamada cidade compacta que é a primeira vez que aparece na discussão da Política Urbana, primeiro o que é cidade compacta? Onde está definido, formalmente, juridicamente o que seja cidade compacta? Ninguém sabe se vota uma lei estabelecendo-se uma matriz, a matriz básica do planejamento urbano agora é essa tal de cidade compacta, pelo que eu sei não existe em lugar nenhum uma definição prévia do que seja cidade compacta. Segundo, a pergunta que se faz, essa matriz de organização urbana passou por uma análise ambiental estratégica para se saber se isso vai melhorar, piorar, ou deixar na mesma questão ambiental e urbanística? Também não passou. Assim também como não passou o Plano Diretor Estratégico, que é a terceira coisa mais importante depois da Bíblia ou o Alcorão, conforme o caso, e as constituições Federal, Estadual e Municipal, porque afinal define como é que a sociedade vai se organizar, mas também não tem a menor importância. Porque depois de 7 anos da aprovação do plano diretor se vê que não foi executado; a não ser naquilo que beneficia a especulação imobiliária que é a única coisa que funciona nessa cidade. Segundo, o artigo 31 delega ao Poder Executivo reduzir a Outorga Onerosa do Potencial Adicional de Construção. O Prefeito poderá gerar se for o caso a outorga onerosa e esse imposto disfarçado, muito mal elaborado que seria uma grande vitória para a sociedade se compensar dos prejuízos que o grande capital faz na destruição da cidade de São Paulo, vai para o "beleléu". Podendo se construir uma imunidade completa em uma frustração completa dos objetivos saudáveis de recompensar a cidade por uns estragos que a especulação imobiliária faz. Temos aqui um modelo de cidade compacta e pronto. Ninguém sabe bem



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

o que é, porque não está definido claramente em uma legislação prévia e ninguém sabe se isso vai melhorar ou não, porque não houve uma análise ambiental estratégica sobre os seus impactos. Há apenas e tão somente suposições, eu acho que vai acontecer isso, eu acho que vai acontecer aquilo como, por exemplo, nos incisos seguintes que são complementares a esse princípio redução dos deslocamentos por meio da melhor distribuição de oferta de emprego e trabalho na cidade, vai reduzir? Quanto vai reduzir? Vai impactar? Não vai? Ninguém sabe, apenas supõe-se, talvez vá, talvez não vá.

Vereador José Police Neto: Só para não cometer um equívoco do que foi deliberado. Não é possível a partir do artigo 30 e 31 porque o fator social é de 1%, de 0 a 1%, zera qualquer coisa Cunha, então a leitura mais apurada e você que é um sábio na leitura e um sábio nas palavras tem que ser medida pela verdade, então não é verdade que se pode zera porque o fator social relativo ao artigo 31 vai de zero a 1% então não se zera nada se mantém 99%, portanto 99 é bem diferente de zero.

Helio Neves: Com relação às questões que o Conselheiro Antonio Cunha apontou sobre a cidade compacta, a lei aponta alguns elementos nessa direção. Todos aqui que trabalham com meio ambiente e urbanismo nessa cidade estamos calejados de saber, de ouvir, de verificar, que a cidade vem se expandindo horizontalmente de uma maneira absurda. E não há a possibilidade, nem em países ricos, de se disseminar nenhuma estrutura urbana com água, luz, telefone, saneamento, crimes contra natureza, pavimentação, escola, posto de saúde, tudo quanto é tipo de recurso público em uma cidade que se expande indefinidamente. Isso é absolutamente impossível e nós estamos vendo qual são as conseqüências de uma cidade que se expande horizontalmente de maneira absolutamente inadequada. Todos nós estamos vendo e discutindo isso há muito tempo, quando se fala em cidade compacta está se introduzindo um conceito que terá que ser aprimorado, aprofundado na discussão da revisão do Plano Diretor, porque é o Plano Diretor que vai dizer como é que a cidade deve se organizar, como é que o uso da ocupação do solo deve ser tratado na cidade é uma das leis, terão outras evidentemente, mas essa é uma que vai se tratar de uma maneira bastante substantiva essa questão é a idéia de que, isso tem sido experimentado em outros lugares do mundo e com sucesso, de que as cidades aproveitam melhores os seus recursos se elas organizam e orientam a ocupação do solo de modo a aproveitar os recursos instalados nos distritos, o investimento que já foi feito em obras de tudo quanto é natureza de transporte, saneamento, pavimentação, escola, posto de saúde e não fazer como a gente vem experimentando nessa cidade ao longo do tempo que é o centro expandido se esvazia, a despeito de ter escola, posto de saúde, asfalto, água, luz, telefone, transporte e tudo quanto é natureza de serviço público e privado inclusive que muitas vezes, também para iniciativa privada é um custo deixar, perder o espaço que funcionava que gerava economia e ter que se instalar em outro lugar, quantas empresas vão a falência por falta de capacidade de operação porque já não tem mais gente morando naquele lugar. É um conceito essencial e acho que todos aqui tem já ouvido falar disso e é evidente que introduzir um conceito como esse é um assunto que exige um processo de amadurecimento e que não começa de uma hora para outra com tudo resolvido. Se pela primeira vez aparece cidade compacta em um texto legal temos que tomar isso como um bom indicio de que estamos iniciando um tratamento dessa questão na cidade que terá que ser aprofundado e pensar que de fato, se temos condições de gerar uma política para impedir o avanço da ocupação em direção aos mananciais da região sul, norte, leste e que consigamos conduzir a ocupação urbana da população da cidade para regiões que já estão bem servidas de infra-estrutura urbana. E se pudermos a idéia que se trabalhe nesse sentido, trabalharmos na perspectiva de que onde moram as pessoas tenham mais empregos para que elas não tenham que se deslocar ao centro da cidade. Esse é um conceito ambientalmente, absolutamente justo necessário que tem que ser apontado como caminho a ser perseguido. Uma lei como essa não daria conta evidentemente de resolver tudo, ela apontou uma série de questões com relação ao lixo, ao transporte, a saúde, a infra-estrutura urbana, uso e ocupação do



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

solo que teremos daqui para frente, nos aprofundar, aprimorar, melhorar. E esse debate evidentemente tomara que consigamos que a sociedade se envolva de fato e vá a Câmara, vá aos espaços onde ela vai ser discutida para que a gente consiga aprofundar e ter mais clareza inclusive da sociedade sobre essas questões.

Cons. Emirene: Bom dia sou Emirene Nogueira representando a Secretaria Municipal de Educação no Conselho do CADES. Faço parte também junto com o José Carlos, a Yara e o Cunha da Comissão de Poluição do Ar e ontem eu estive em uma reunião na Secretaria de Participação e Parceria, na Rua Libero Badaró, próximo ao Gabinete do Prefeito e na saída constatei a presença de um ônibus fretado enorme, mas muito grande para estar ali naquele espaço e ele ia para Santos, eu pensei duas quadras da Praça da Sé, essa pessoa não poderia estar pegando o metrô para ir até o Jabaquara e pegar esse ônibus, um outro ônibus, então ele vai para Santos, vai dormir respirando um ar marinho sem poluição praticamente e nós ficamos aqui com a sua poluição produzida por esse diesel que ele usa com 2.000 partículas de enxofre e nós que moramos em São Paulo saímos muito prejudicados quanto a saúde. Então eu gostaria de não sei como fazer para estarmos todos participando nas sessões da Câmara, para trabalharmos juntos para organizarmos os ônibus fretados estacionarem nos bolsões, muito obrigado.

Cons. Maurício: Bom dia, eu só queria colocar para o vereador essa questão do ônibus fretado eu trabalho com estudo de transporte, alguns conceitos vão ficando arraigados, como cidade compacta, vão criando estigmas, não estou falando do caso, e o ônibus fretado ele é público? Não. O transporte individual se discute muito sobre a moto, é um transporte individual? É. O transporte solidário não é. Nós começamos às vezes a trabalhar com alguns estigmas, eu entendo que um ônibus fretado é um transporte público, é um transporte particular, alguém pode me contradizer, ele é um transporte particular que vai levar aquele usuário até o Centro de São Paulo. Esse usuário não pode ficar em uma área que não irá influir no índice de poluição, bolsões de estacionamento e ser movido pelo transporte público será que quando se fala hoje em rodízio, o rodízio hoje existe algumas isenções, a isenção hoje para o meio ambiente qual seria a realidade? Uma moto que polui 6 vezes mais ou um automóvel? Não estou dizendo contra o trânsito de moto não é nada contra, um automóvel flexível, eu estou colocando para o vereador porque nós às vezes vamos colocando, desculpa até esclarecer o colega especulação imobiliária, a especulação imobiliária é uma coisa muito vaga, o setor imobiliário não é um bloco existem vários times, um interessa construir em um lugar, outro em outro, será que não tem gente querendo lotear e que tendo infra-estrutura, por exemplo, na Avenida Francisco Morato que é um lugar que mais cresce na grande São Paulo e outro querendo verticalizar. Quanto à cidade compacta tenho minha restrição, já tem uma iniciativa não sei a posição do vereador, sobre a inspeção dos prédios multifamiliares, de uso múltiplo não uni familiar. Essa inspeção que foi colocada esses dias na Câmara, eu acompanhei com atenção porque as obsolescências das edificações são complicadas, no centro de São Paulo eu não consigo locar um prédio ou comprar, porque são vários proprietários e aquilo está obsoleto, isso é uma questão muito séria. Só colocando isso, muito obrigado.

Vereador José Police Neto: Duas coisas importantes nós frisarmos. O sistema de fretamento ele tem que ter disciplina pública, ele é um transporte particular, mas ele tem que ter uma disciplina pública, não dá para ele acreditar que a qualquer momento de 4.000 a gente pode ter 10.000 ônibus circulando sem nenhuma fórmula organizada na cidade de São Paulo, então quando da decisão de transferir ao executivo a responsabilidade de elaboração desta nova disciplina é porque para nós o fretamento pode ser aquela perua dos anos 90, a gente lembra muito bem que São Paulo chegou a ter 12.000 peruas na rua concorrendo com tudo, o fretamento pode ser a perua dos anos 90 maior e causar essa sensação que a Emirene nos contou aqui de ele estar na porta do metrô esperando



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

peças para andar em cima da linha do metrô e nós temos que suportar isso, então precisa de uma disciplina, o que é complexo na questão do fretamento é que todas as disciplinas de fretamento são estaduais e federais e o que vamos definir é o uso do viário municipal porque esse a gente pode definir, eu não posso dizer qual o tamanho do ônibus, então o que vai se definir é a forma com que ele se integra ao sistema público de transporte coletivo da cidade, essa que foi a idéia do projeto, então em momento alguma a gente quis reconhecer isso como um transporte público, a gente sabe que é um transporte privado com um sistema de organização privado que tem diversas fórmulas perigosas inclusive por isso que a gente resolveu dar um tratamento, a outra questão que eu acho que é importante a gente frisar que é uma das mudanças que foram feitas, o texto que chegou a Câmara não tratava de motocicletas, em momento algum naquele texto elaborado pelo executivo tratava de motocicletas, a motocicleta entrou no projeto a partir de emendas de vereadores, então o texto foi contemplado a também fazer toda substituição da frota que serve a administração de motos também para ter a mesma matriz energética que a gente está forçando do ônibus, a gente vai forçar daquele que presta serviço de transporte para o município, então isso ficou no artigo 50 e no seu parágrafo único, "Os programas, contratos e autorizações municipais de transportes públicos devem considerar redução progressiva do uso de combustíveis fósseis, ficando adotada a meta progressiva de redução para pelo menos, 10% (dez por cento) a cada ano, a partir de 2009 e a utilização, em 2018, de combustível renovável não fóssil para todos os ônibus do sistema de transporte público do Município. Parágrafo único. A meta e a prioridade previstas no "caput" deste artigo aplicam-se nas hipóteses de aquisição e locação de veículos utilizados no transporte e serviços do Poder Público Municipal". Então, o que se trabalhou? A exigência não poderia ser só para o setor de transporte, ela tem que ser para todo o sistema de locomoção, bens e serviços da administração, então foi essa a fórmula encontrada e que superou a marca do carro, então você utilizou para todos os veículos.

Cons. Maurício: Vereador eu acho que eu não consegui me expressar muito bem, eu quis colocar o ônibus fretado sendo um transporte particular, ele pode não ser individual, mas é particular, nesse sentido que eu vejo, será que um transporte particular ele pode ocupar um corredor de ônibus, como ocupa hoje? Um transporte particular poluidor, ele pode entrar, agora na questão ambiental, em locais que estão saturados, o individual é difícil quando ele é coletivo, mas o individual é difícil de controlar, aquela moto, aquele carro. E São Paulo tem uma oferta e tem uma expansão grande na rede ferroviária, metro ferroviária, então será que ele não pode parar nos extremos?

Vereador José Police Neto: Mas é isso que a gente vai buscar em 60 dias como a lei determinou. O nosso esforço agora é para como a sociedade suportando e não nós isolados discutindo com um único setor, quer dizer, aqueles que querem esse modelo assim também tem que se expressar senão ficaremos aqui brigando contra aqueles que fazem o uso do sistema de fretamento e tão absolutamente contentes com ele. Aquele cidadão que desce do prédio pega na frente da avenida atlântica lá na orla de Santos e desembarca na porta do seu prédio na avenida Paulista ou no centro da cidade está absolutamente contente com o sistema dele, então e ele vai lutar para ter isso. O que precisamos ver é se isso é o melhor para cidade e para todos. Se for mantêm-se, se não for vamos mudar, estamos criando aqui o senso que não dá para ser assim, então por isso o executivo tem 60 dias para mandar para Câmara onde tem que ter restrição e por que tem que ter restrição.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria pedir para Yara, o Giovanni e o Sourak se colocarem para encerrarmos as inscrições, por conta do restante da Pauta. Então vamos fazer o seguinte os três se colocam e teremos o posicionamento, se necessário, do Netinho e do Hélio.



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Yara: Gostaria de parabenizar o Vereador Netinho pela exposição, pela colocação e empenho em relação ao PL de Políticas e Mudanças Climáticas da Capital. Isso tudo conforme você colocou, sobre uma cidade mais justa e sustentável e a importância da sua colocação sobre os debates. Eles têm que ocorrer para com que isso se concretize e desta forma concretizando também uma gestão democrática que é o que a sociedade espera, é só isso.

Cons. Giovanni: Giovanni Palermo da Secretária do Governo. Inicialmente parabenizar o Vereador Netinho e o Hélio Neves que realmente isso é um grande avanço sobre o ponto de vista de tentar regular e melhorar os aspectos do meio ambiente, não há dúvida quanto a esse ponto. Especificamente eu queria esclarecer que o Governo tem feito tentativas de melhorar o transporte fretado e até mesmo aqueles ônibus da EMTU. Agora eles têm direitos adquiridos em outras instâncias, que são estaduais e federais, por muitas vezes nós tentamos parar esses ônibus nas entradas, criando bolsões específicos para esses ônibus, por exemplo, irem até o Parque Dom Pedro II, questões complexas como tarifação da EMTU. Então como esse ônibus tem uma tarifação por quilômetro, ele quer ir o mais longe possível, então tem questões que estão sendo discutidas junto a ARTESP para tentar criar um bom senso nessa questão, porque senão o custo do quilômetro dele fica diferente e ele não pode cobrar outro valor. Esse assunto ele é muito amplo, temos aqui instrumentos para conversar e para tentar coibir. Outra questão que eu senti que foi bastante discutida é o conceito de cidade compacta, nós estamos entendendo o bom senso dessa questão, é o adensamento ou desadensamento sempre serão estudadas previamente as causas, claro que nós temos presente que tem que ter espaços verdes para o convívio, tem que ter espaços para o viário de acessibilidade a cada região, tem que ter espaços para as unidades administrativas como hospitais, escolas, etc, tudo isso tem que estar dentro daquele contexto regional que a gente quer otimizar, porém quando você tem o desadensamento como no centro a maior preocupação é descobrir as causas desse desadensamento e como revertê-las, às vezes pode ser falta de ação em algum momento, nós temos no centro uma ação polêmica, temos lá cracolândia, vícios, não queremos transferir os problemas de uma região para outra, queremos resolvê-la localizadamente não criar outros tipos de problemas, eu entendo que na regulamentação o conceito de cidade compacta não é um adensamento desenfreado que privilegia certos segmentos, é o sentido de otimização e que cada região nós estudaremos as causas, as suas deficiências, planejando inclusive sobre o ponto de vista de transportes estaduais, quer dizer, essa integração que nós temos hoje com o metrô, com a CPTM, nesse convênio em participação da prefeitura, junta a matriz de transporte do Governo do Estado vai permitir, se a gente souber trabalhar bem, uma ótima integração, hoje nós temos obras como Marginal Tietê, obras de expansão da CPTM, obras de expansão da própria SIURB, da EMURB, como o Anel Norte, o Anel Sul, Contra-Rótula, etc, que se soubermos trabalhar essa matriz em conjunto harmonisadamente, poderemos dar uma melhor solução para esse conceito de cidade compacta, então estamos todos aqui com esse princípio

Cons. Marcos Moliterno: Eu vou pedir para os colegas aqui, vamos ser bastante breves nas perguntas, nós temos duas questões, essa daqui não suscita polêmica nenhuma, as duas questões nós vamos discutir posteriormente são extremamente polêmicas e são 10:10 da manhã, nós vamos terminar encerrando aqui outra vez às 14 horas, então, por favor.

Cons. Sourak: Cumprimentar o Presidente da mesa, o Vereador e os demais conselheiros. Eu tenho uma questão assim, como solicitou o conselheiro, rápida e pontual. Entendendo que é uma política de extrema importância para o município, a Política de Mudanças Climáticas e entendendo que isso daí também faz parte de ocupação de um espaço que é muito importante para a cidade de São Paulo, eu tenho algumas questões que em uma leitura rápida que eu fiz ali, quer dizer eu não fiz uma leitura detida, mas eu acho que são questões que me ocorreram na leitura, na realidade qual instância que vai



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

cobrar execução desse plano, eu diria assim esse plano diretor? Como eu entendo a Política de Mudanças Climáticas como uma política de estado, mas não somente da área ambiental, eu acho que precisa existir uma instância com participação da sociedade civil e isso eu não vi na lei, para poder debater as questões que são importantes e que de fato elas possam vir a serem explicitadas pelas pessoas que sentem diretamente. Outra questão que eu gostaria de colocar e aqui eu encerro minha fala, é como essa lei se articula com a lei que irá ser aprovada na Assembléia Legislativa que é o Plano Estadual e como ela se articula com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que eu acho que é uma coisa importante, principalmente dentro dessa questão de você estar conversando com os outros entes federativos para que a gente possa de uma maneira capaz e gerenciada chegarem à aplicação dessa lei.

Vereador José Police Neto: Precisamos compreender a inovação dessa lei para compreender o que vamos fazer a partir de agora, ela não é um produto pronto e acabado e a partir dela construiremos uma série de novas relações, essa com o estado e com a união e em especial com os municípios da região metropolitana, vai dar certo tudo isso se outros municípios em especial da metropolitana acompanhar a cidade e se outros atores da federação se entusiasmarem com esse modelo de gestão, senão. São Paulo não é um Oásis e não será. A Lei Municipal não conseguirá estabelecer obrigações para o município vizinho para o Estado e para a União. É uma questão de ser precursor, quero lembrar aqui que a gente aprovou em 2007 o aquecimento solar como obrigação nas novas construções e hoje tem 27 municípios que copiaram a lei de São Paulo, então aí é um pouquinho para gente compreender como as disciplinas municipais em um processo federativo se dão. Esperamos muito que este Conselho, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o próprio Prefeito, este e os que sucederão o atual Prefeito, tenham a capacidade de agregar essa discussão que é feita aqui outros municípios, aí pode ser que a gente tenha esse novo modelo de observar o desenvolvimento das cidades, quanto a instrumentos de controle, a lei buscou fórmula para isso criou regras de se explicitar, o que se avançou então o diagnóstico presente e o que a cada ano e depois uma publicação um pouco mais densa de cinco em cinco anos para apontar os avanços do resultado, então na realidade aqui você tem um arcabouço jurídico a ser regulamentado e depois você vai observar os resultados dessas práticas, então você vai ter daqui a cinco anos como observar 2009 e 2013 o que efetivamente aconteceu com a frota, o que efetivamente aconteceu com as relações do mercado imobiliário com a questão da transferência do direito de construir para preservação de áreas verdes que é algo que ainda não foi bem formulado e bem discutido com a sociedade, como eu garanto que áreas verdes sejam definitivamente garantidas como verde e retiro dela qualquer possibilidade de construir, então eu transfiro o potencial construtivo e nunca mais poderá se construir qualquer coisa ali, então não é só definir o zoneamento é você grafar no cartório que ali não pode-se construir mais nada, para garantir. Passaremos a abordar e discutir as questões do desenvolvimento da cidade a partir da observação desses novos conceitos, até então se os conceitos não existiam você não tinha nem como fazer esse debate, então se discutir o zoneamento como, vamos aplicar naquela área uma proteção ambiental no zoneamento, ótimo, mas se daqui dez anos mudar, perdeu a proteção que se tinha, então já mudou muito e essa lei reforça para a revisão do Plano Diretor essas posturas, não é como foi no debate de 2002, que a única proteção que se tinha, era a proteção de um zoneamento restritivo, não, hoje você tem instrumentos de tirar dali a possibilidade de se edificar, é essa linha que a gente passa a ter com a visão do que é permitido pela lei e o que ela está nos induzindo, então essa é a questão que eu acho bastante forte desse movimento que passamos, desse período que vamos viver e das discussões que sucederão e eu acho que o Conselho vai ter uma posição fundamental e é esse o Conselho, não são os outros.

Helio Neves: A pergunta do Sourak sobre quem vai cobrar a execução do plano, nós sabemos que a lei fala de ações relativas a transportes, energia, gerenciamento de resíduos, saúde, construção, uso



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

do solo, estabelece uma série de instrumentos econômicos e uma série de procedimentos, evidentemente que não há nenhum ente sozinho, público, ou privado que dê conta de resolver essa questão. Nós sabemos todos que construir um conceito de cidade que seja uma cidade saudável, justa, uma cidade que não danifique o meio ambiente nem o seu e nem os dos outros porque também às vezes a gente se satisfaz em não estragar o nosso, mas os dos outros tudo bem. É um assunto que diz respeito a todos nós. O poder público, a sociedade civil e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente tem um papel impulsionador, mas se nós não conseguirmos fazer com que os demais entes Públicos e a Sociedade Civil, Instituições Privadas, passem a compreender de uma maneira cada vez mais firme esses conceitos todos, praticá-los e trabalhar por eles, não tem o que fazer. Evidente que para cada um desses aspectos nós vamos ter que trabalhar arduamente para resolvê-los. A outra questão, quando se propôs aqui no artigo 42, Articulação Institucional, fica instituído o Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, órgão Colegiado e Consultivo, com o objetivo de apoiar a implementação da política ora instituída, contando com a representação do Poder Público Municipal e Estadual, da sociedade civil, do setor empresarial e acadêmico. Então a idéia é que consigamos neste comitê articular todos os envolvidos interessados em implementar essas políticas. Evidentemente quando se fala de construção sustentável, se não envolver o setor da construção civil não há o que fazer, então temos que dialogar com eles, por mais que tenhamos divergências e opiniões diferentes, mas o diálogo terá que acontecer para que se chegue a uma compreensão comum com relação à captação de energia solar, tivemos um embate até duro em alguns momentos com a construção civil e se aprovou uma lei, vai ter que ter embates em outros momentos, vamos ter opiniões diferentes, mas vamos ter que construir isso e esse setor assim como os outros setores da economia terão que participar desse debate. Esse é o fórum que vai ter o papel de fazer as costuras necessárias para que essas coisas aconteçam. Com relação à questão da lei estadual, eventualmente da lei nacional, acho que nós vamos ter que identificar os pontos que nos interessam e que vamos ter que trabalhar, um deles é o fretado, por exemplo, se na lei estadual estabelecer regras para os fretados do estado de São Paulo, isso já nos dá um aumento de capacidade de lidar com eles que hoje não temos porque a Legislação Estadual não os obriga a coisas que nós obrigamos na lei Municipal e com relação às questões nacionais tem muita coisa de interface também, esse debate está acontecendo do reflorestamento, da proteção de APP, o que é APP urbano e o que não é, são coisas que evidentemente nos interessa que na lei estadual, nas leis federais que tratam de assuntos objetivamente com relação ao clima ou correlatos a gente consiga influenciar de maneira que nos ajude a proteger melhor as nossas APPs, as nossas vegetações da cidade, acho que temos que exercitar isso e quem é do meio federal, nos ajudar também a pensar como é que podemos tratar dessas questões e do estadual mesma coisa.

Vereador José Police Neto: Deixe-me despedir de vocês, obrigado, sempre bom a oportunidade e deixar um outro convite que é o convite para acompanhar a sanção que esperamos para os próximos dias da autorização que a Câmara deu para o executivo para depois de quase 100 anos o município passar a ter um contrato com uma empresa de saneamento para cidade de São Paulo, no mesmo dia aqui que nós aprovamos o projeto que aqui debatemos, aprovamos também a autorização para que o município não privatize o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e constituímos que qualquer recurso advindo desta concessão tem que ficar para lastrear a atividade de saneamento ambiental, então estamos na expectativa da sanção pelo prefeito desta lei que define duas questões na nossa opinião de muita importância, primeiro termos um contrato com uma concessionária de serviços ambientais e associada a ela qualquer resultado que seria o ônus da concessão fica vinculado a saneamento ambiental, porque muitas vezes ônus da concessão vai para uma área completamente diferente daquela que é a concessão realizada, já vimos concessões de área de transporte que o recurso ia para lixo, concessões de lixo que o recurso ia para construção de pontes, então o que se



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

conseguiu se lastrear ali é que qualquer resultado desta concessão o recurso vem exclusivamente para saneamento ambiental fortalecendo essa lógica que este recurso tem que estar suportando essa cidade saudável que queremos, então é para prestar essa informação e convidá-los a partir de segunda-feira da semana que vem até o mês de setembro, outubro a Câmara vai percorrer a cidade inteira debatendo a revisão do Plano Diretor e um dos fatores importantíssimos para essa peregrinação é ter a Política de Mudanças Climáticas já aprovada para quebrar alguns paradigmas que temos. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos passar para a votação da Ata da 113ª Reunião Plenária Ordinária do CADES já que nós temos quorum. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação da ata permaneçam como estão. **A Ata da 113ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Agora nós vamos passar para o segundo ponto da Ordem do Dia, mas, eu preciso primeiro fazer retificação. Nós tínhamos previsto a discussão mais geral sobre a Política Municipal dos Resíduos Sólidos no Município de São Paulo e quem estaria fazendo a exposição da política seria o Afonso Celso Teixeira de Moraes que por um problema de saúde ele não está presente. Mas nós temos presente também estava sendo pensada nessa exposição uma exposição particular sobre o Programa de Coleta Seletiva no município, cujo Coordenador é o Wagner Taveira da Silva que é nosso Conselheiro aqui no CADES. Nesse momento nós vamos restringir apresentação ao Programa de Coleta Seletiva e não perdendo de vista um retorno do Afonso para apresentar a Política mais geral de Resíduo do Município. Então só pontuando isso, que o Wagner na verdade ele é o Coordenador da Coleta Seletiva no Município e para outras questões ele não pode responder com tanta propriedade com tantos elementos. Wagner, por favor.

Exposição sobre a Política Municipal dos Resíduos Sólidos no Município de São Paulo:

Cons. Wagner: Bom dia senhores conselheiros. Eu serei breve, porque eu acho que é um tema muito importante e que lamentavelmente o engenheiro que tem experiência nessa área de políticas públicas, aposentado e que está conosco ainda, na LIMPURB, não pode vir. Eu até colocaria aos conselheiros que nós pudéssemos retomar isso, principalmente quanto às questões de biogás, de aterro, que são coisas que estão na pauta do dia a dia. Eu sou responsável pela área de coleta seletiva do município de São Paulo, e tenho alguns dados que vou passar rapidamente em relação à Política Pública de Resíduos em São Paulo. Gostaria que se fosse possível ir passando alguns dados. Isso é que atualmente nós produzimos na cidade de São Paulo diariamente do lixo domiciliar que é responsabilidade do poder público nós produzimos 9.500 toneladas., Aqui são que os caminhões dentro da questão da concessão tanto noroeste como sudoeste, LOGA e ECOURBIS, recolhem por dia, nós temos a questão da varrição, a saúde e os inertes, por dia, nós temos uma variação de 13 a 14 mil de material produzido, só para especificar alguma coisa dessas 9.500 toneladas que nós produzimos por dia do domiciliar 60% ele é orgânico, 20% que nós consideramos como perda e 20% de material passivo de ser reciclado, ou seja, por dia nós temos uma média de 1.900 toneladas de materiais passíveis de serem reciclados que são colocados por nós para serem pegos pelas concessionárias. Essa é a caracterização, a composição do nosso lixo domiciliar, 57% de material orgânico e esses dados eles são fornecidos pela concessão, a concessionária ela tem que realizar mediante o que está no contrato o estudo do lixo do resíduo que é produzido em São Paulo, o que nos chamou a atenção no último que independente da classe social, seja ela morando no Morumbi ou na Vila Curuçá, Sapopemba ou no Bairro dos Jardins, não existe variação desse material orgânico a variação é muito pequena acreditávamos que por uma questão talvez de consciência que em determinados setores essa questão da quantidade de orgânicos que é colocado diariamente fosse menor, no entanto a variação não chega a 10% ou seja, no nosso entendimento é muito pequeno o que vai de orgânico, nós temos que pensar na coleta seletiva então nos temos que pensar nessa questão desse material orgânico do desperdício que está sendo colocado



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

certo e que nós enquanto poder público estamos coletando diariamente. Estas são as atividades que cabe a nós, como foi feita a questão da concessão. São duas empresas a LOGA e a ECOURBIS, cada uma cuidando do seu agrupamento, os serviços complementares, nós temos na questão de varrição hoje, se nós considerarmos o que é coletado de varrição a gente faz do Oiapoque ao Chuí, de varrição são cinco agrupamentos que são responsáveis pela questão varrição. O Programa de Coleta Seletiva do município de São Paulo ele é novo se nós considerarmos que dentro da questão do poder público ele tem 6 anos enquanto programa, nós tivemos uma experiência inicial nos anos 80 instalando alguns pontos de entrega voluntária em pontos especialmente na região oeste e que essa coleta na época significava 0.03 do que era produzido, depois nós tivemos um programa excipiente que era Programa de Coleta Seletiva e que em 2007 foi normatizada através de um decreto que é o que nós acompanhamos hoje, a prefeitura faz um investimento de R\$ 400.000,00 mil reais por mês em quinze centrais de triagem, o que são as centrais de triagem? É a edificação em si e dentro dessa edificação nós temos as cooperativas conveniadas que atuam lá dentro cabendo ao poder público o pagamento da energia, do aluguel, da água, fornecimento de equipamento e os caminhões para coleta, na cidade de São Paulo nós temos dois modelos, por exemplo, Curitiba tinha um modelo até então que era um modelo que quem realizava toda a coleta seletiva era a concessionária ou a empresa contratada, agora eles estão tentando achar o meio termo, São Paulo tem os dois modelos, tem o modelo que é feito pela concessionária e o modelo que é feito pela cooperativa, todo material coletado pela concessionária é enviado para as cooperativas conveniadas. Dentro da agenda 2012, alguns desafios que foram colocados para nós é a construção de 9 novas centrais de triagem e a colocação de 1.000 pontos de entrega voluntárias e a instalação de duas escolas para área de reciclagem, então vamos explicar o seguinte, o desafio das 9 novas centrais de triagem isso é responsabilidade da prefeitura, na concessão foi estabelecida que tanto LOGA, quanto ECOURBIS tenham a responsabilidade de fazer mais 17 centrais de triagem que somariam as 15 e que dariam praticamente uma por subprefeitura, isso está pactuado no contrato para esse mandato atual nós temos essas que deveriam ser construídas que estão no contrato mais às 9 que são de responsabilidade da LIMPURB e aí nós estamos na questão das verbas, seja através de crédito de carbono, seja através do governo federal. O grande desafio na nossa área é arrumar a área para fazermos as construções, que é um grande problema sério para a construção de Central de Triagem para atender a tudo isso. Esses são aos caminhões que são feitas as coletas, do lado esquerdo, é o caminhão que é da Concessionária e do lado direito é o caminhão que a prefeitura aloca para entregar. Cada Central de Triagem tem no mínimo dois caminhões gaiola e um caminhão VUC para comercialização. Hoje a prefeitura dentro do programa faz 7% da coleta, ou seja, há um desafio muito grande ainda para o aumento disso. Não estou considerando a cidade de São Paulo, a cidade de São Paulo alguns institutos como o CEMPRE trabalham com 20% eu não posso trabalhar com os dados do CEMPRE, no sentido de que o meu material, do que eu tenho de controle me dá 7%, ou seja, 133 toneladas por dia de material reciclado que é coletado. Apesar da crise, a média de retirada de cooperados está na média de R\$ 650,00, antes da crise eu tinha cooperativas que a média de retirada chegou até a R\$ 1.800,00, se nós levarmos em consideração que o programa visa a inserção de catadores e que nós estamos trabalhando com uma mão de obra, digamos assim em um processo de qualificação do mercado ela é desprezada ou ela não é bem vista uma retirada de R\$ 1.800,00 antes da crise, antes de agosto, está dentro daquilo que todos os institutos trabalham que é a ascensão ou a subida da classe "D" para classe "C" e como esse cooperado acabou se inserindo dentro do mercado, é uma coisa interessante, que esse cooperado acabou entrando na questão do carnê, a gente brinca muito com isso, é carnê das Casas Bahia, Casas Pernambucanas, carnê disso, ele conseguiu ter conta nos bancos, porque? Porque ele se tornou um cliente interessante e antes da crise a média de giro de cooperativa ela ia em torno de R\$ 230.000,00 até 340.000,00. Essa é mais ou menos a composição do material que nós coletamos hoje, então o que aconteceu no processo da cadeia quem caiu muito foi papel e papelão no mercado, nós tivemos hoje para se ter uma idéia o que



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

nós chamamos de papel misto, papel, papelão, jornal, está se pagando R\$ 0,09 o kg, chegamos a R\$ 0,18, até a latinha, o alumínio, chegou a R\$ 2,75, R\$ 3,15 ela teve uma queda grande, até os roubos de fios de iluminação diminuí porque o cobre também caiu, é engraçado isso, como a nossa Secretaria também trabalha com encargo de iluminação foi detectado isso houve uma certa diminuição por causa da queda do preço. Qual é o desafio da coleta seletiva na cidade de São Paulo hoje? Nós temos vários desafios, primeiro, se nós pensarmos que dentro da pirâmide de produção as cooperativas, elas são a base. Eu brinco muito que eles são uma relação entre colônia e metrópoles, só fornecem matéria prima, nós temos um problema sério aí, nós temos um problema de capacitação e um problema de conseguir se inserir no mercado dentro da exigência que esse mercado está querendo, ou seja, qualidade do material, por quê? Porque quem está ganhando muito nessa relação, é quem está acima em relação à base, por exemplo, hoje o que as nossas cooperativas fazem? Elas coletam, prensam e comercializam, não há ingerência do poder público na comercialização da cooperativa, nesse aspecto até mesmo em relação ao que se fala de Curitiba, de Porto Alegre e outras capitais, nós estamos mais avançados porque há uma ingerência muito grande do poder público nessas cooperativas. Ou as cooperativas se modernizam e olham a questão não só ambiental, mas como vou gerar renda dentro das exigências que tem no mercado e isso é interessante realmente. Quando nós sentamos a mesa, principalmente com movimentos a idéia de mercado ainda ela é "satanizada", porque nós não temos que entrar no mercado, mas se não temos que entrar no mercado então não vamos vender o material, ou seja, aí é um grande dilema dentro da questão das cooperativas, a cooperativa vai para onde? Qual é o papel do poder público com as cooperativas, nós somos o que? Incubadores. Então é uma situação, se nós, enquanto poder público temos que ser incubadores dentro de um programa temos que dar as condições para que eles cresçam e depois que eles caminhem, no entanto nós temos um dilema que é a idéia assistencialista em relação ao programa, que muitas vezes entra em confronto com a discussão ambiental, ou seja, o meu programa enquanto eu poder público é coleta seletiva, para diminuir a quantidade de material que vai para o aterro, em contrapartida, dar sobrevida e buscar alternativas a questão ambiental ou meu programa de coleta seletiva ele tem uma idéia assistencial, são campos diferenciados que precisam ser pensados e que nós estamos em um dilema terrível, até mesmo num diálogo com o Movimento Nacional de Catadores eles estão sentindo isso, por quê? Porque não adianta eu pegar o material e não ter para quem vender e não adianta eu querer continuar numa lógica que se torna perversa de eu estar vendendo direto para atravessador, só que se eu for sentar numa mesa de negociação hoje com determinados setores, que no discurso eles são muito bons, mas na prática é totalmente diferente, vamos ser sinceros, nós tivemos uma grande marca agora que de repente na sua história ela fez inserções caríssimas em um dos meios de comunicação, se colocando a favor do meio ambiente. Nós temos um problema, estava falando com a Regina, que é a questão dos plásticos e das pets, então qual é a grande questão, para LIMPURB? É como trabalhar essa cooperativa? Como essas cooperativas hoje conseguem ter linha de crédito? Ter linha de crédito hoje, por exemplo, BNDS, nós estamos apanhando das empresas de reciclagem, saiu recentemente uma matéria dizendo o seguinte: Eu sou a empresa, eu pago PIS, CONFINS, fundo de garantia, não tenho subsídio, não tenho isso que o poder público dá. E o foco da matéria foi interessante, que foi a Prefeitura de São Paulo e o BNDS, do tipo assim, a Prefeitura dá o caminhão, a prefeitura paga aluguel, paga água, paga tudo. Logo o processo de negociação do material a cooperativa tem determinadas vantagens, que eu enquanto empresa não tenho e o BNDS faz um fundo de reserva para equipamentos, modernização e que eu enquanto empresa não tenho, olha o dilema que estamos vivendo. Quanto ao poder público, nós temos um desafio que até 2011, todo o Município de São Paulo seja atendido pela Coleta Seletiva. Eu sou muito realista eu não acho que nós vamos conseguir em curto prazo ter 100% de Coleta Seletiva em São Paulo. A minha projeção é de no mínimo 40 anos possamos chegar a condições satisfatórias, satisfatórias que eu digo assim, nós alcançarmos uma meta entre 25 e 30% que ela é muito grande, por quê? Porque ao mesmo tempo em que nós temos a



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

responsabilidade de fazermos essa coleta, que nos é designado, nós temos uma questão que está sendo colocada. Quem coloca a embalagem no mercado não é o poder público. São as empresas. Eu sou da época que nós comprávamos o leite diariamente na padaria e não estocávamos leite de longa vida em casa. Do tempo em que tínhamos um engradado de refrigerante porque você ia a um lugar no armazém e dava a garrafa, pegava o ticket, comprava e devolvia o ticket da garrafa no caixa. Do tempo em que a "sacolinha" era de papel, não era de plástico. Então a responsabilidade em relação a isso não cabe também ao poder público, é muito colocado, o que a prefeitura faz? O que o poder público faz? Nós estamos tentando moldar um modelo digamos assim, que possa atender sim, mas eu não acho que em curto prazo, quando penso em curto prazo, 10, 15 anos nós vamos resolver todos esses problemas não. Nesse ponto as pessoas acham que eu sou pessimista, não, eu sou otimista, 40 anos historicamente para esse país é pouco tempo e tem que pensar em Política de Coleta Seletiva a médio e a longo prazo. Só vou conseguir educar essa criança de hoje se eu eduquei o avô dessa criança, então é um processo de educação, é um processo de pensar de como consumimos e como depositamos esse resíduo. Eu peço ao Conselho na questão de políticas públicas para que nós pudéssemos voltar a pensar sim a questão do que está acontecendo hoje com os aterros, com a questão da varrição e como é interessante quando alguns setores nos questionam sobre o orçamento que nós temos e que acham um absurdo o orçamento que nós temos que hoje está variando se não me engano em 590 milhões, se não me engano, esse valor se nós dividirmos em 365 dias, se nós dividirmos por 10.000.000,00 de pessoas, vamos ver quanto é o custo da coleta, da varrição, da manutenção de um serviço que é muito essencial. Nosso orçamento de Coleta Seletiva esse ano é de 12.000.000,00 foi um salto assim considerável porque aumentamos 100%, acho que por pressão da sociedade e de determinados órgãos e até mesmo por questão que a política pública tem que se pensar nisso sim e como trabalhar, mas a Coleta Seletiva em si não vai resolver todo o problema do mundo, eu acho engraçado isso, se colocou na Coleta Seletiva, como se a Coleta Seletiva em si ela resolvesse todos os problemas ambientais e não vai resolver, ela é uma parte, ela é um pilar de todo um processo, mas é que fica mais cômodo colocar aqui, mas não é fazer Coleta Seletiva só, eu tenho uma logística, eu tenho para quem eu vou depositar, para quem eu vou vender, eu tenho toda uma cadeia produtiva que não adianta ter o material que não vai para aterro, por exemplo, mas que está estocado na cooperativa, qual é a lógica disso, a prefeitura acaba sendo o depositário de material reciclado, eu crio um grande armazém com material prensado e fico olhando e digo, legal, não foi para o aterro, mas de repente aquele material ele vai, ter problema, vira o que nós chamamos de rejeito e acaba indo para o aterro uma hora, então pensar coleta, é pensar quem vai comprar? Qual é o preço? Como eu vou modernizar? Agora é papel nosso. Temos feito discussões, nós e algumas associações, e a Secretaria do Verde, nesse sentido, qual é a responsabilidade das empresas, qual a responsabilidade sim do poder público e qual a responsabilidade da sociedade, então volto a dizer, acho que é um tema que dá para voltar a ser discutido dentro de políticas públicas. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada, Wagner. Então vamos para as inscrições. Vamos fazer o seguinte, cada três conselheiros perguntando, você responde em bloco.

Cons. Emirene: A respeito da Coleta Seletiva a DRE do Ipiranga o ano passado fez um trabalho junto com LIMPURB e se estabeleceu que em determinadas escolas, o Diretor assumiu esse compromisso, haveria Coleta Seletiva e o LIMPURB iria instalar um container ou um depositário, o que aconteceu? A Coleta Seletiva passa às duas horas da manhã. A escola está fechada, então quando ele colocou que tem quatro caminhões VUCS, poderíamos ampliar, pelo menos esse caminhão VUC poderia circular durante o dia nas escolas para recolher o lixo reciclável e em cima do que ele colocou quanto àquela montanha de material que não foi destinado e que ninguém se interessa. Que os institutos de pesquisa pudessem desenvolver uma pesquisa para utilizar aquele material e fornecer para uma empresa essa



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

idéia. Por exemplo, a UNILEVER, desenvolveu um trabalho de pesquisa para reutilizar os tubos de pasta de dente. Outro dia mesmo eu presenciei lá na Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, os containers para receber o lixo são de material feito de pasta de dente, então de repente temos condições de se pesquisar o que fazer com aquele material que está lá na cooperativa sem utilização. Muito obrigada.

Cons. Francisco: Eu queria parabenizar o expositor, porque uma coisa muito interessante que ele falou que foi a raiz do problema. A coleta ela não vai resolver o problema. O problema é mais grave e agora na nossa boa consciência cristã e ocidental. Com a coleta está resolvido o assunto, podemos consumir a vontade, plástico, material não degradável, porque haverá coleta seletiva e é verdade que a própria indústria da reutilização do material reciclável não dá conta, ou seja, nós estamos produzindo mais do que é possível. Outro dia eu li uma notícia que eu fiquei impressionado que no Oceano Pacífico, só para terem uma idéia, foi constatado a existência de uma mancha de milhares de quilômetros quadrados, de pets e é importante que uma pessoa que trabalha na área chegar e dizer: Coleta Seletiva não vai resolver o problema. É óbvio que não vai, mesmo que nós conseguíssemos reciclar 100%, esse material não seria reutilizado, ou seja, o poder público, além da Coleta Seletiva, teria que haver uma política de onerar, castigar, punir o consumo de material dessa natureza, porque nós estamos criando um passivo ambiental para as gerações futuras, muito grave, ou seja, teria que haver uma política fiscal tributária, no sentido de onerar de forma pesada o uso desse material, foi como você disse, antigamente o leite, havia a troca das garrafas, na cerveja, no refrigerante, hoje tem essas malditas garrafas que infernizam o nosso cotidiano e que são baratas e daí nós entendemos muitas coisas, como o próprio uso do petróleo, quer dizer, os interesses que estão por trás, então eu achei muito boa a sua exposição porque acabou com essa idéia tonta, assistencialista, ingênua de achar que isso vai ser resolvido, é a mesma forma de achar que a caridade vai resolver o problema social do país.

Cons. Vera: Eu queria colocar algumas dúvidas que eu tive na sua exposição. Em relação aos equipamentos que são fornecidos pelo poder público, os equipamentos de proteção individual, eles estão contemplados nisso? É uma coisa que para mim não ficou muito clara. A segunda questão, como é feita a qualificação desses profissionais que estão tentando ser inseridos nesse mercado de trabalho e o acompanhamento deles ao longo do tempo, depois inclusive da implantação dessa Coleta Seletiva? Qualificação e acompanhamento também do trabalho desse pessoal depois, durante os anos, quanto tempo que é feito o acompanhamento do trabalho deles? Porque exatamente como você falou, a questão da educação é uma coisa muito lenta e eles vão trabalhar não só com questões ambientais como também com questões de saúde, do próprio profissional que está ali e de todo esse processo de coleta, então eu queria saber mais ou menos como é que está isso dentro do projeto.

Cons. Wagner: Eu vou começar com a Vera. Depois do Decreto 48.799 de outubro de 2007, o que aconteceu? Nós assinamos convênios com as cooperativas, dentro desses convênios, umas das obrigações do poder público é o fornecimento de equipamentos de proteção individual, uniformes e qualificação, depois de uma briga árdua, nós conseguimos agora todo o processo, então os equipamentos de proteção individual já passaram por aprovação e já foram comprados, só estamos esperando ser recebidos. A qualificação, esse é um grande dilema pelo seguinte: Qualificação, acompanhamento do trabalho, há um choque entre duas instâncias; as cooperativas elas quando, vamos fazer autocrítica, lhes convém o poder público precisa estar de braços abertos, quando não convém. Eu vou para a Lei 8.666, não pode, tem ingerência de poder público na cooperativa, isso não pode, então, o que ocorre? O convênio assinado com as cooperativas, eles são de dois anos renovados por mais três mediante uma série de quesitos. Por exemplo, a própria capacitação que a cooperativa forneceu para os seus cooperados não só do poder público, mas o que ela forneceu a compra de



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

equipamento, porque hoje eles têm linha de crédito para fazer isso, de que forma essas cooperativas saíram assim de dez em uma coleta e subiram para trinta. Então há todo um arcabouço para eu fazer essa avaliação. Quanto a nós, a LIMPURB tem feito algumas parcerias com institutos como o SEBRAE, a OCESP, porque ao mesmo tempo em que há uma idéia de cooperativa, chega um momento em que o cooperado ele se desvincula da idéia de cooperado e ele acha que está dentro de uma empresa, então eu tenho a minha relação de cumprimento de horário e ele acaba depositando para alguém fazer todo o resto a fazer, então o sentido de assembléia, o sentido de que eu faço parte da cooperativa e eu tenho obrigações não só de criar o material mas de manter o local em ordem, essas coisas foi se diluindo com o transcorrer do tempo, por isso que eu diria que há uma crise de paradigmas dentro dessa questão cooperativa, da forma como ela foi pensada no primeiro momento, embasada teoricamente na idéia da economia solidária, não vou nem entrar na questão teórica, e embasado em uma idéia de rede e a rede que era para existir não existiu, porque as cooperativas ao invés de elas se fortalecerem no sistema de rede, elas se individualizaram e aí vai uma crítica ao sistema, forte, algumas empresas, algumas entidades, tidas ambientalmente corretas, elas que estabelecem preços de mercadorias no mercado, porque o material reciclado ele trabalha em sistema de commodities, então há algumas empresas que se postam como ambientalmente corretas, ela faz muito investimento, até mesmo dentro das nossas cooperativas, só que a hora que vai para relação entre quem fornece a mercadoria e quem compra a mercadoria, eles acabaram entrando em um vício de subserviência no meu entendimento porque são empresas que ajudam tanto que quando vai para relação de eu comprar o seu material de longa vida e o material caiu de preço eu não consigo sentar na mesa de negociação porque eu devo alguns favores assistencialistas lá atrás, eles tem uma cadeia, com toda a sinceridade, de assistencialismo, de proteção, tanto que o preço de mercado para algumas é um, para outras é outro, depende de como essa determinada cooperativa ou determinado trabalho me dá uma inserção para eu fazer o meu marketing ecológico e isso daí é terrível, existe isso, o que se faz do discurso, mas o que se faz na prática é bem diferente, então como é que nós estamos tentando resolver isso, o modelo que nós estamos tentando pensar, é o modelo que possa existir as três partes, possa existir a cooperativa, possa existir o poder público e possa existir talvez uma entidade, alguém da sociedade civil. Sem, no entanto, ter uma ingerência do poder público dentro da cooperativa, não há nem a ingerência, a forma de trabalho, cada uma trabalha de um jeito, por exemplo, tem uma cooperativa X que ela trabalha por produção, eu tenho uma cooperativa Y que trabalha por hora trabalhada e a outra que trabalha, não tem uma lógica do trabalho. Então ele recebe o material, ele tria o material, ele prensa o material, deu 100, pego 100, tiro os custos, divido pelo número de cooperados, então não tem uma padronização nesse sentido. O acompanhamento que nós fazemos é o acompanhamento tanto de visitas às cooperativas, quanto aos relatórios que eles nos enviam, a gente vai tentando detectar determinadas situações, até mesmo de necessidades que esses grupos têm. Com relação à educação o que nós fizemos? É o grande dilema que nós temos em relação aos “mil pontos de “entrega voluntário” para nós que foi colocado como desafio. Não adianta eu colocar esses mil pontos se eu não tenho como coletar esse material, é essa a grande questão, eu tenho uma logística, hoje é contraditório, quando saiu a questão da área de restrição de circulação quem mais sofreu, não, todo mundo sofreu, mas a minha área de Coleta Seletiva, são 70 caminhões, tivemos que repensar tudo e hoje o Secretario de Transportes é também o Secretario de Serviços, e precisamos de uma solução porque o que acontece, o caminhão está passando duas horas da manhã, por quê? Por causa do horário, temos que mudar toda uma logística de transporte desse material para chegar e dar tempo porque senão se o material vai acumulando o que está em baixo depois vira rejeito, ou seja, vai embora para o aterro, lamentavelmente. É inacreditável como um exemplo que aconteceu no Itaim Paulista. Foi feito um trabalho junto com um instituto e uma cooperativa para coleta de material nos dois CEUs do Itaim e está lá. Estão levando, esses são os nossos divulgadores na área de educação, eles levam, mas eu ao mesmo tempo não posso falar, vamos, se eu não tiver condições de ter



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

caminhão para ir recolher, porque o grande problema da Coleta Seletiva é a perda de credibilidade, se eu perder a credibilidade no sentido, um munícipe liga e fala assim: Você vai instalar o container no meu prédio, vai ter um ponto de entrega? Mas eu vou ter certeza que esse material vai ser levado para algum lugar, vai ser recolhido? Porque o não recolhimento do material, o cara fala assim: Ah, eu não vou mais me preocupar, porque nós moramos em espaços pequenos. E o material seletivo, por exemplo, a coleta é feita uma vez por semana, ou duas vezes por semana, ele vai se avolumando e aí você fica olhando e fala assim: Ah, vou levar embora isso aqui, põe lá, o caminhão do lixo passa e leva embora. Eu tenho que ter condições de estar coletando tudo isso e a questão que o Francisco colocou já tem tido avanços, tem a questão da lei do plástico que foi elaborada pela Secretaria do Verde, eu vou falar uma coisa, teve uma ação, nós estamos respondendo, um Mandato de Segurança. Mas ao mesmo tempo nós somos uma sociedade que foi criada na lógica da punição, nosso processo de cidadania, se nós podemos pensar, ele não vem em um processo de conscientização, nós só começamos a usar cinto de segurança porque tem multa. Só usamos capacete de moto, porque tem multa, não porque morre, Vamos parar de fumar e eu sou um fumante veterano porque está diminuindo os espaços dos fumantes e não porque faz mal para saúde. Sabe aquelas coisas, ou seja, quando mexe no bolso, ao mesmo tempo cumpre-se a lei, mas está vindo determinado setores negociar, conversar, porque não adianta ficar negociando na Paulista ou em um determinado lugar dentro de um ar condicionado, a gente tem que sentar e ver o problema sério que é você produz, você consome e eu estou aqui na outra ponta que é o poder público, então é um desafio muito grande e nós realmente não vamos resolver o problema do mundo, essa idéia de salvação, essa idéia judaica cristã, como você colocou, ocidental, de que nós vamos salvar o planeta, nós não estamos salvando o planeta, nós estamos tentando manter ele minimamente para sobrevivência primeiramente nossa e essa é a grande questão, porque quem produz o lixo somos nós, se a gente não chegar a uma situação, fica que nem aquele desenho do Walt Disney, então é um tema muito, ele é espinhoso, porque para determinados setores ele é bonito, mas quando você vai no dia a dia, ali no chão da fábrica, como se diz, não é bem assim não, é complicado qualificar, por exemplo, olha o meu problema de trazer o catador para dentro da cooperativa, ele vai entrar dentro de uma lógica que para alguns não interessa isso, por isso tem que achar, tentar visualizar um tipo de modelo, será que o modelo de cooperativismo é o melhor? Têm carroceiros em São Paulo que pelo material que ele coleta, recebem 900, 1.000, 1.100 reais, eles só recebem o que nós chamamos de "filé", mas se eles tiram isso vendendo para o que nós chamamos de atravessador, se ele não tivesse atravessador ele tiraria quanto? Mas é um, dois, em milhares, não é a realidade, assim como eu também tenho catadores que lamentavelmente estão indo em determinados locais e pegando papel higiênico. A empresa de caixa de ovo está comprando papel higiênico prensado para fazer caixa. Dá uma cheiradinha na caixa. E o que acontece? Esse grande gerador que deveria contratar uma empresa, ele burla a lei para não contratar uma permissionária e joga no catador por causa de uma questão.

Cons. Iervolino: Um grande problema da Coleta Seletiva é a questão do caminhão compactador, é sabido que 40% do material coletado pelo caminhão compactador, ele vai para o aterro, então dois trabalhos, um de levar material para centrais e outro de ter de levar para o aterro. Uma questão que eu estava já me preparando, eu sou estudioso desse assunto, nós temos o programa de Coleta Seletiva na zona Leste com parceria com SESC Itaquera, com o movimento nacional de catadores me mandaram perguntar, aproveitando, as subprefeituras que tiverem áreas disponíveis para uma central como ela deverá proceder junto a Secretaria de Serviços? Outra questão, essa própria questão que você falou hoje da dificuldade do material. Há meses atrás você não via uma lata de refrigerante na rua. Hoje você vai a qualquer lixeira, têm materiais, e o pessoal não se interessa, porque caiu tanto o valor. E eu acho que nós temos que trabalhar, porque se não vamos salvar o mundo, nós o estamos ajudando. Não é admissível que a cada 10, 15 anos uma área igual a que está sendo feita o novo



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

aterro da Zona Leste, ao lado do aterro São João, seja utilizado para fazer aterro sanitário. Ora, São Paulo já está em déficit na questão do verde porque a projeção como estava há uns 4 ou 5 meses, tinha melhorado, tinha aumentado a Coleta Seletiva em torno de 15%, com essa crise regrediu novamente uns 20%. O Wagner aqui é sabedor que o volume de lixo que está indo para o aterro aumentou nessa época de 15 a 20%, então é inadmissível que a cada 10, 15 anos tenhamos que estar novamente disponibilizando áreas como aquela da zona Leste. Outra questão. Temos acompanhado, infelizmente não sei se vai mudar, as centrais desde o início do trabalho delas, trabalhavam, sem a fiscalização da Secretaria de Serviços. A Secretaria de Serviços gastou muito dinheiro para se fazer as centrais para dar emprego a 50 pessoas, que as centrais teriam capacidade de ter 200, 250 pessoas trabalhando, como já tem algumas trabalhando em três turnos. Ora, se eles são livres, eles não querem nem mais a nós, apoiadores, que ajudamos a colocá-los nesse trabalho, que entrem nas centrais. Então você tem razão em grande parte, nós temos que organizar, eu acho que a sociedade civil está disposta, outro dia sem querer na Internet descobri três propagandas feitas pela Secretaria de Serviços que não foi para mídia porque não é uma coisa da cidade toda, se trabalha em parte, nós mesmos estamos com um projeto, preparamos um projeto e não conseguimos apresentar onde usaríamos mais a mão de obra dos catadores e levamos isso para o Walter da ECOURBIS que achou uma beleza, só que para isso tem que se fazer um aditivo no contrato que se torna inviável. Obrigado, e desculpe a demora.

Cons. Yara: Em primeiro lugar eu quero parabenizar o Sr Wagner pela exposição. Muitas questões já esclarecidas, a pergunta é, caso seja da competência, no programa de Coleta Seletiva, na questão da segurança, como é feita essa fiscalização para que não sejam jogados materiais em áreas de mananciais ou áreas não afins, uma vez que essa coleta de entulhos, pneus, pilhas, sacos plásticos e outros, são feitos de madrugada? Já se observa, por exemplo, na Marginal do Rio Pinheiros em São Paulo, Embu Mirim, no manancial do Guarapiranga, manancial do rio Cotia e outros, sem contar com a questão desses pets que temos observado vindo da Avenida Jacu Pêssego, e que acaba indo ao Rio Pinheiros. Então é essa a minha preocupação.

Cons. Sourak: Parabéns, Wagner, pela apresentação e exposição. A questão da Coleta Seletiva na realidade é um elemento. Ela é a novidade da gestão de resíduos sólidos nos últimos tempos e como uma novidade ela na realidade já está velha. Porque o próprio expositor colocou hoje a Coleta Seletiva ela em princípio foi utilizada também como uma forma de fazer gerência desse material que poderia ir para uma reciclagem e também uma diminuição no uso de energia, fazendo a reciclagem e que hoje com a realidade econômica está sendo utilizada como entreposto para ir para o aterro sanitário. É uma lógica perversa, e ao mesmo tempo é uma lógica econômica da economia clássica, da lei da oferta e da procura. Nós não podemos nos iludir e como o tal precisa ser tratado com instrumentos econômicos, eu acho que é aí que entra o poder do estado. Colocando luz sobre a questão e é o poder do estado que não vem só como utilização, eu acho que a Coleta Seletiva na realidade tem que ser mantida. É um espaço que deve ser adotado, para inclusive ter uma reflexão maior sobre a questão paradigmática dos resíduos sólidos. Que nós temos uma sociedade de consumo e que envolve muitos interesses que estão além do nosso conhecimento e que trafega ao longo das instâncias do poder do estado sem nós percebermos. É difícil de tratar essa questão numa reunião do conselho de uma forma tão pontual, eu acho que ela envolve tantas coisas, tantas variáveis, inclusive essa questão dos próprios catadores que é uma questão que eu não vejo que a gente deva manter permanentemente catadores na nossa sociedade, sinceramente eu acho que isso é um rito de passagem na questão ambiental, não é uma coisa que deva ser permanente, me desculpa, Sr. Ângelo, o senhor trabalha permanentemente, rotineiramente nessa questão, mas eu não vejo que os seres humanos devam estar fadados a serem catadores eternamente na sua vida, eu vejo que isso é uma passagem para que nós possamos nos



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

adequar a um outro paradigma de sociedade, uma sociedade sustentável e que nós não estamos encontrando o ponto certo e eu faço um chamamento para uma reflexão maior dessa questão, que é uma questão que a gente precisa nos imbuir e dizer o seguinte: Não está funcionando. Não está. Isso é nítido, o expositor colocou isso aqui e nós precisamos sim, os espaços das cooperativas se utilizar como espaço também para se capacitar os catadores para um outro negócio, porque nos sabemos que essa questão dos resíduos se não for tratado com instrumentos econômicos, ou seja, para gente fazer essa passagem, dizer olha, o senhor vai ser responsável agora pelo seu resíduo e não o estado, você fazer análise de ciclo de vida do produto e entender que esse produto não é de competência do estado tratado e sim como, por exemplo, hoje está se fazendo com as pilhas e baterias, fazer o retorno disso para ser reciclado pelas empresas que geram esse tipo de resíduo, eu sei que tem uma série de coisas que envolvem, inclusive leis da vigilância sanitária, tudo isso, que envolve saúde, inclusive recentemente a ANVISA colocou que o ovo tem que ser digerido, aliás, comida completamente cozido porque voltando as questões dos papeis, pode ter risco mesmo de salmonela, porque se está fazendo com papel higiênico prensado, então, é só mais uma questão de reflexão.

Coordenadora Helena Magozo: Eu só queria lembrar também, não é Sourak, da questão que envolve a responsabilização da produção da questão da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que está adormecida há quase uma década no Congresso. E que todas essas questões estão colocadas, porque um dos questionamentos do município, que tenta fazer sua parte na questão do pet, é que não é competência municipal, isso é um grande questionamento, isso tudo está pensado dentro da Política Nacional que não anda.

Cons. Sourak: Cabe a nós pressionar.

Cons. Iervolino: Sourak, nós consideramos os catadores como um agente do ambiente e somos sabedores que infelizmente, o melhor trabalho de coleta ainda é feito pelos catadores, não adianta querer mecanizar o que for o melhor trabalho é feito por eles.

Cons. Rose Marie: Em primeiro lugar apoiando as reflexões do Sourak e a questão que a Helena coloca da lei federal extremamente necessário, então não vou repetir. Concordo com a Helena, mas, na questão da desmistificação é muito importante ela não pode nos levar também a um desânimo, de que o problema é tão grande que a gente não tem como resolver, nós temos que resolver e quando a gente diz: O senhor é responsável pelo seu resíduo, o senhor é o cidadão, para construir melhor, o senhor é a indústria, o senhor é o comércio. Então é impossível resolvermos essa questão sem que esses parceiros sejam efetivamente responsabilizados apesar da **grita** com a questão da pet, e outras, mas nós precisamos sim resolver e muito a questão das embalagens, há uma indústria de embalagens que resiste, que é parceira de outros setores, e que isso não é possível mais deixar de considerar nessa discussão.

Cons. Regina Barros: Eu queria falar um pouco no gancho que o Sourak falou e a Rose. A cidade de São Paulo aprovou uma lei recente que é esta que estamos falando com relação às embalagens plásticas e o DECONT foi instado a que? Tem uma tarefa para o Departamento de Controle Ambiental para fazer a fiscalização do cumprimento da lei. A primeira meta é o que? E nós a partir de 08/05 desse ano, os distribuidores e produtores dessas embalagens deveriam estar recolhendo e dando destinação para 50% dessas embalagens, então eu posso hoje com comando ir a uma empresa e chegar para ele, me demonstre, eu intimo, o procedimento, eu vou intimar, vou notificar, para demonstrar que ele está fazendo essa recompra dando essa destinação, ele não comprovando eu vou aplicar a penalidade tanto nessa lei municipal quanto na lei de crimes também, porque nós da DECONT



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

não somos favoráveis a esse tipo de legislação assim porque a gente entende que a lei de crimes ambientais ela pega tudo isso, porque num artigo só, ela fala, deve ser dado a destinação correta. Eu tenho uma sobrinha que trabalha na Pirelli e ela é advogada, conversa muito comigo sobre essas questões, sobre a preocupação com os problemas que a Pirelli tem com relação aos pneus, as ações judiciais que eles vivem correndo atrás e o que acontece? Conhecendo, observando um pouco os movimentos do setor privado, conhecendo a capacidade econômica, financeira e técnica deles, digamos que eles resolvessem amanhã atender a essa lei, a essa legislação, qual seria o movimento, por exemplo, da Cola-Cola? Montar toda uma estrutura, assim como a questão das pilhas, das baterias, porque o problema está nessas coisas que o cidadão compra. Ele leva para casa, abre a embalagem, é dele, e ele dá se ele quiser. E se ele tiver um estímulo. "olha, essa embalagem ela vale um centavo se o senhor me devolver...". Então o que essas empresas vão fazer? Muito provavelmente elas vão montar uma grande estrutura de recompra e nós não temos como impedir que os catadores, que todo esse movimento social de geração de emprego, isso tudo esteja embutido na mão do setor privado. Porque não temos como obrigar o setor privado a fazer toda uma estrutura de recompra que contemple uma política de geração de emprego porque essa questão vai para a atribuição da competência do poder público. Então o que estamos percebendo? , Que se nós formos por esse caminho de legislar, essa é uma reflexão que nós, no DECONT começamos a fazer por conta de termos que montar um procedimento para ir à empresa Coca-Cola, para ir para empresas, e para começar, eles falam: nós vamos começar pelas grandes, então o que acontece? Essas empresas, se elas decidirem montar uma estrutura para dar conta disso e da recompra, muito provavelmente o que estamos percebendo é que esse mercado e toda essa questão social envolvida na Coleta Seletiva isso tudo vai desaparecer porque se eles resolverem dizer: Cada pet vale dez centavos. Eu em casa vou juntar e ele vai dizer para mim: Regina, entrega lá na rua tal, número tal. E eu vou levar. Então eu acho que essa é uma questão que temos que pensar.

Cons. Marco Barbieri: Eu vou ser o mais breve possível. Efetivamente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, como a FECOMERCIO, que fazem parte da sociedade como produtores e a própria sociedade tem que estar preocupada com a questão do lixo. E é claro que a indústria vem pensando há bastante tempo sobre o assunto e como resolver. Existe uma infinidade de projetos de lei na área ambiental tanto no âmbito federal quanto no estadual; inclusive discutimos isso ontem com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Estadual, o Deputado Chico. a respeito de alguns projetos que se fossem aprovados já melhoraria muito todo esse problema. Um deles é esse que você mencionou agora a respeito de pneus, existem dois projetos de lei sobre pneus para agregação do pneu no asfalto e com isso você resolver uma série de problemas, mas esses projetos não andam e não é culpa da indústria. A indústria é totalmente favorável para que esses projetos sejam aprovados com maior urgência possível. Mas esbarram em problemas de tecnologia ambiental, e se tem muita conversa com o CETESB, com o IBAMA, uma série de trabalhos que são desenvolvidos nesse aspecto. As parcerias que temos feito com a CETESB justamente para que possamos desenvolver mecanismos de tecnologia mais limpa para atender a sociedade no que tange a geração de resíduos é uma coisa muito forte, muito grande, ou seja, existe um arcabouço e existe todo um sistema trabalhado pela indústria no sentido de minimizar a quantidade de geração de resíduo. Por que? Porque isso também gera economia para a indústria, não é que estejamos fazendo algo desconexo do torto, não, nós vamos gerar menos lixo porque isso também gera economia, para o município. Mas existem outros problemas que nós conhecemos. O que foi apresentado aqui hoje a respeito de resíduos sólidos e coletas seletivas é uma viagem interessantíssima, o que a Regina falou a respeito do que chamamos de logística reversa vai acabar com a Coleta Seletiva, não tenha dúvida nenhuma, porque é o que vai acontecer, não tenha dúvida, existem alguns problemas para a aplicação da lei que a regulamentação de leis da rede de São Paulo sejam funcionais, por exemplo, você tem



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

uma fábrica em Guarulhos, a fábrica de Guarulhos ela não está abrangida pela lei de São Paulo, quem está abrangido pela lei de São Paulo é o comerciante que comercializou o que a fábrica de Guarulhos fez, só que a fábrica de Guarulhos vendeu para 300 comerciantes, como é que você vai saber dos 300 comerciantes qual aquele que vendeu o resíduo que está em sua casa, na sua residência, então a aplicabilidade da legislação é muito complexa, quer dizer, o legislador fez a lei, a lei foi regulamentada mas ninguém pensou em como resolver o problema, em como isso pode ser resolvido, o que se fala e é adequado hoje é o seguinte, existe a responsabilidade pós-consumo do fabricante, mas também existe a do consumidor, para você ter uma idéia, nós tivemos problemas com um fabricante de geladeira que eles levam a geladeira para casa do consumidor, instalam a geladeira e querem levar a embalagem embora e o consumidor não deixa ele levar a embalagem embora porque a embalagem ele pagou, é dele, aquele papelão é dele, o isopor é dele, ele quer aquilo não sei para que, mas ele quer e como que você vai obrigar o consumidor a devolver a embalagem, então por exemplo, estímulos como esse se eu colocar o óleo de cozinha na embalagem pet e houver uma recompra desse material como era antigamente, alguém alguma vez viu alguém jogar uma garrafa de cerveja no lixo? Não, todo mundo pega a garrafa de cerveja e leva de volta porque ela tem valor, então isso também pode ser uma maneira de você minimizar, outra coisa que nós sugerimos no passado é que o lixo efetivamente seja medido na casa do consumidor, aí as pessoas falam, mas como você vai medir o lixo? Ora, eu não meço a água, eu não meço a energia elétrica que é uma coisa intangível, porque eu não posso medir o lixo? Dá um dinamômetro na mão de quem irá a casa coletar o lixo e ele que meça o lixo e emita nota fiscal na hora sobre o lixo que está sendo enviado, porque um cidadão que gera 1kg de lixo por dia tem que pagar a mesma coisa em imposto igual a um cidadão que gera 20. Então está também é uma maneira de você minimizar porque aquele que sente no bolso mexe no coração, não tenha dúvida nenhuma, então são atitudes que podem minimizar a geração de lixo, eu fico espantado com a quantidade de lixo que eu gero em minha residência em um fim de semana, aí eu vou olhar, mas porque tanto lixo você vai ao supermercado compra algumas coisas, uma coisinha pequeninha em uma embalagem desse tamanho, tudo bem, eu não sou contra a indústria de embalagem, a indústria de embalagem existe, ela está aí para sobreviver, para gerar empregos, gerar impostos, o que a sociedade não pode imaginar, é que nós possamos viver sem nada disso, senão nós vamos morar lá em Manaus, como os índios, quer dizer, nós queremos consumir, nós queremos carro, nós queremos motocicleta, nós queremos caneta, nós queremos comida e nós não queremos gerar lixo, eu não entendo como fazer isso, só voltando a ser primatas.

Coordenadora Helena Magozo: Bom Barbieri, nós achamos que a discussão é longa.

Cons. Marco Barbieri: É muito longa. O que eu gostaria de dizer, é que existe sim um grande campo de trabalho, não é curto, não é pequeno e estamos desenvolvendo junto com a sociedade e construindo junto com a sociedade. Vamos ter que chegar a uma conclusão.

Cons. Wagner: Olha, a questão é a seguinte, não dá para entrar na discussão como se nós tivéssemos numa questão de dicotomia entre o bem e o mal ela não é uma relação entre Deus e o Diabo, a indústria é o Diabo, a empresa de embalagem é o Diabo, o catador é o santo, por exemplo, ou ao contrário, de que o catador ele passa na minha rua, ele larga o saco aberto, também não é assim, essa idéia de quem faz isso vai para o céu, quem não faz isso vai para o inferno, tem que ser desmontada, acho que é uma questão básica, nós vivemos em um sistema capitalista e pronto, o dia que vier, sei lá o que, um modelo diferente, aí nós começamos a pensar, se o modo de produção é capitalista e se nós temos questões que precisam ser colocadas em pauta, precisam ser discutidas sim, nós não vamos, aí eu concordo com o Sourak e com algumas pessoas, que é o seguinte, desde que o mundo é mundo, seja ela em qualquer visão que seja, cristã, judaica, existe a pobreza e sempre tem



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

quem adora explorar a miserabilidade das pessoas, porque ela reverte em determinadas ações, seja por caridade, seja para salvar a alma das pessoas, seja por uma questão política, isso não importa, mas existe, então eu concordo que a questão do catador ele poderia ser pensada como um rito, só que é a minha grande questão que eu coloco para o Movimento Nacional como eu vou classificar, é um termo muito forte dentro da sociologia, mas como eu vou pensar, quem é catador? Antes da crise qualquer um comprava uma Brasília velha, uma Kombi e saia coletando material na rua, se vocês pegarem os caminhões que nós chamamos de "morcegão", ele pega saco preto e leva embora, aí ele separa e aí o resto é jogado ali, onde nós enquanto poder público, aí eu vou a questão do que nós chamamos de pontos viciados que a Yara colocou, não é só em mananciais não, embaixo do Glicério, em frente a igreja, tem descarte viciado de entulho, sabe de onde é o caminhão? De Guarulhos, o cara vai de madrugada, caçambeiro, e despeja aquele material ali. Nós inauguramos um ecoponto na região da Santa Cruz, de madrugada, só pode ter sido um caçambeiro, os caras invadiram a área de ecoponto e levaram a caçamba embora, está entendendo, então, se nós pensarmos em todo o processo, por exemplo, quem gera mais paga mais, quem gera menos paga menos, eu não sei se é o caminho, de novo. Nós caímos na idéia de que somente pela questão taxativa que podemos partir para um processo de educação, essa é a nossa via história, problemático isso. Se formos pensar, então na taxa, como a lei estadual de resíduos estabelece, que cada município, ele tenha a liberdade de estabelecer taxas para isso, quer dizer, o que vai acontecer? Se estabelecermos taxas, aí começamos a produzir menos porque senão vai vir mais pesado no imposto, ou na taxa, mas, quem garante que também como nós vivemos numa sociedade muita pautada pelo Macunaíma, aquele material não está sendo jogado em qualquer lugar, a questão do entulho, por exemplo, quem gera entulho, eu faço uma reforminha no meu banheiro, aí eu chego lá para o cara e falo assim: Ah, leva aí, toma dez reais e leva embora. Ele vira a esquina, e deposita em qualquer lugar, eu sou responsável por isso aí também, eu concordo, a relação dos fatores no processo ela não só de quem produz ou do poder público, é de todo mundo, porque nós também fazemos isso, quando eu pego e tem que fazer quatro varrições na região central, nos calçadões, vamos pensar na rua São Bento, por exemplo, quem joga lixo ali, quem joga lixo no túnel da nove de julho, quem tem carro, quer dizer, tem lixo, então todos nós temos responsabilidades sim, eu fui num debate que falaram assim, é, mas o poder público, o poder público tem responsabilidade, ele tem que ter processo educativo, ele tem que ter processo de fiscalização sim, porque os grandes geradores, muitos setores acabam usando de má fé, aí vai para os mananciais, vai para os rios, a questão que a Regina falou dessa lei que a gente está nesse embate, eu lembro do processo que estava no Ministério Público que se chamava assim: Porque que as pets bóiam no rio? Eu até lembro que eu fui para a audiência, eu falei para a promotora, muda o nome, porque as pets bóiam porque elas não estão cheias, porque senão afundavam, mas tipo assim, agora, quem joga pet? Na subprefeitura na zona leste teve um caso muito engraçado mas é lamentável, uma subprefeitura fez uma obra, um duto, e um munícipe foi reclamar porque agora o sofá não passa mais lá, não é conto não, ele vai lá reclamar, são coisas folclóricas ou não, tem que desmistificar sim algumas coisas, sem no entanto perder a idéia. Temos que ser realistas, porque nós somos o poder público, nós somos um conselho, mas não pode perder o sonho, a utopia, eu concordo, não podemos, eu acho que é o momento de trabalhar sim, todas essas questões, é do valor da mercadoria, é do modelo que foi implantado na prefeitura na época da questão do caminhão compactador, só que hoje eu tenho um problema assim se eu inserir um institucional na televisão eu tenho como recolher esse material. Chegou uma época, o caminhão compactador ele pegava 1500, 2000 kg, só que aí aumentou tanto a área de abrangência, e aí é um problema serio, concordo com o senhor na questão da cooperativa, o caminhão compactador é feito pela concessionária, se ela não cumpre o seu plano, eu vou lá e muito a concessionária, porque ela tem um contrato, ela é uma concessão, ela tem que ter índice de qualidade e aí "eu dou a mão à palmatória" que a prefeitura precisa criar índice de qualidade sim para a cooperativa, porque é um investimento do poder público e ela terá a preocupação que era as centrais



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

de triagens, elas seriam centrais enquanto um processo que apoiaria os outros grupos e privatizou-se por interesses "N". E com respeito da palavra, "meter o pé na porta", por que eu quero saber o que está acontecendo, é dinheiro público, são 400, é pouco, não interessa, podia ser 10 reais, mas é dinheiro que todo mundo está dando para coleta, porque por trás eu tenho organizações religiosas, eu tenho ONG, são ótimas, mas quando se fecha em um espaço privado, achando isso é meu, esse é o problema da Coleta Seletiva, é a privatização do espaço, e a idéia de é muito fechada de que o modelo que eu tenho é o modelo certo, então tem que tomar cuidado, não tem o modelo certo nem para a cidade de São Paulo porque a cidade de São Paulo tem as suas especificidades, a zona leste é uma situação, por exemplo no artigo do Washington Novaes, no Estadão, recentemente sobre a questão de aterro, ele coloca, muita coisa que precisa pensar, o aterro, eu vou levar para onde? Eu vou pegar e ando como em Nova York, 80 Km e largo meu lixo lá em Campinas e falo: é problema de Campinas, porque eu to pagando, só um exemplo para eu fechar, como lixo ou resíduo é uma coisa é complicada, existe uma cidade, na região de Ribeirão Preto, que ela era distrito da cidade de Ribeirão Preto e ela se emancipou nessa loucura depois da constituição de 88, que ela não tem renda, a geração de renda dela, ela não foi contemplada com nenhuma usina da região da dita chamada Califórnia Brasileira, o que o prefeito fez? Ele está montando um aterro, por que? Porque Ribeirão, Sertãozinho, Jardinópolis, toda aquela região, Luiz Antônio, leva para lá, quando eu deposito o material eu estou emitindo nota no município, é a renda, ele está tirando a renda do lixo dos outros.

Cons. Francisco: Hoje há países na África, que a principal fonte de receita deles é receber lixo da Europa.

Cons. Wagner: Esse é um problema sério. O poder público tem que pensar muito rápido, sobre o lixo eletrônico. O lixo eletrônico é uma coisa assim, estamos falando do lixo da residência, domiciliar que nós chamamos, e o lixo eletrônico que tudo hoje é descartável. Nós compramos televisão hoje para quanto tempo? Antes nós comprávamos geladeira, televisão, alguns utensílios domésticos para 10, 15, 20 anos, hoje é a sociedade do descartável e aí eu vou fazer o que com esse material? Vai jogar lá fora, ou seja é realmente é muito ampla essa discussão., E o que tem a ser feito?, Não dá para dizer que "aqui está Deus, aqui está o Diabo, aqui está o bem, aqui está o mal", porque fica assim: um setor culpando o outro, a culpa é você que não faz legislação, a culpa é você que produz e joga no mercado, a culpa é do cidadão que também não tem consciência do que ele faz, aí nós vamos estar furando o barco onde está todo mundo, e vamos morrer todo mundo. Eu quero agradecer, e vou dizer uma coisa interessante, nós produzimos lixo e não se consegue entender que quando ele está dentro de casa a responsabilidade é minha, quando ele colocou para fora o seu resíduo, a responsabilidade é minha enquanto poder público, eu tenho que coletar, é uma questão de saúde pública, é uma questão que envolve várias coisas, e aí o que ocorre? Quando uma pessoa coloca o seu saquinho de supermercado, lá fora para que seja coletado, para ela acabou o problema, ela acha que aquilo lá é problema da prefeitura, é do poder público e não imagina que há uma cadeia de serviços enorme, eu tenho o motorista do caminhão, eu tenho o coletor do caminhão, até a globo fez uma matéria no ano passado, bonitinha, mas muito safadinha, é que o cara tenta correr igual ao coletor, imagina o que é ser o coletor, não é assim, é um pai de família, é um trabalhador, tem o cara que trabalha na logística, a fiscalização da área, a LIMPURB em cima da concessão porque ela tem que cumprir, hoje nós temos um sistema pelo menos na área domiciliar, espero que um dia na Coleta Seletiva, que é um sistema de monitoramento, nós sabemos quando o caminhão passou, a que horas ele passou, e se ele coletou o seu lixo, porque se ele estiver digamos a 20 por hora, eu sei que ele não teve tempo, ele tem determinadas ações, sabe o comportamento e aí tem toda uma cadeia por trás disso. Eu agradeço muito. Nós brigamos muito com o Sr. Ângelo, não é só com o senhor não, é com as secretarias e as subprefeituras. Eu recebi uma área e eu não sou engenheiro, o que aconteceu, mandamos para o



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

órgão competente e o cara falou assim: Não pode porque ela é APP. E aí a questão de ter um córrego. São 30 metros para cá e, 30 metros para lá e eu perdi a área. Eu olho o terreno e mando para alguém cuidar disso, e o grande problema nosso em São Paulo é a área. Mas nós brigamos com todo mundo, entre tapas e beijos, vamos levando as coisas.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Wagner. Hélio, por favor.

Helio Neves: Nós vamos ter mais adiante a oportunidade de conversar sobre a questão geral do resíduo. Acho que poderemos aproveitar a oportunidade para pensar como nos manifestaremos junto ao Congresso, junto aos órgãos federais para possamos apoiar a implantação da discussão, já que aqui se conversou apenas sobre um dos “erres”, que é a reciclagem, mas muito mais importante do que a reciclagem é reduzir produção. Pensar no reuso que abandonamos ao longo do tempo e vamos ter que trabalhar para mudar essa percepção de como lidar com as coisas. A aplicação da lei municipal que está em intenso debate vai nesse sentido, de internalizar o custo para quem produz o material e não transferir o custo para a sociedade como um todo. Vamos adiante, temos uma pauta a cumprir urgente.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Wagner. Agora nós vamos ao terceiro ponto da Ordem do Dia que é a discussão e votação do Parecer Técnico 30/CADES da Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação que analisa o pedido de reclassificação de uso Industrial Ind-2 para Ind-1 da empresa MWM Internacional Indústria de Motores da América do Sul Ltda. Nós vamos ter a leitura do relatório pelo Presidente da Câmara Técnica que é o Conselheiro Luis Oliveira Ramos, por favor, Luis.

Cons. Luis: Bom dia a todos presentes, como previsto na legislação a solicitação de reclassificação de uso Industrial Ind-2 para Ind-1 b tem que ser analisada pelo CADES, foi feita uma análise pela Secretaria por parte do DECONT e a Câmara Técnica também fez uma análise de toda a documentação e eu vou então ler para vocês o Parecer da Câmara Técnica.

CÂMARA TÉCNICA III

Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação

Interessado: MWM Internacional Indústria de Motores da América do Sul Ltda

Assunto: Reclassificação de uso Ind-2 para Ind-1 b

PARECER TÉCNICO CADES nº 30/CADES/2009

Em reunião do dia 05.06.09, os Senhores Conselheiros do CADES representantes na Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação, após a leitura do da Informação Técnica nº 042 da Divisão Técnica de Licenciamento do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, datada de 28/03/08



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

e da resposta ao Comunicar-se 05/CADES/09, juntados aos Processos Administrativos 2007-0.258.869-1 e 2007-0.149.262-3 (acompanhante), iniciaram as discussões sobre o Relatório.

Relatório este, que trata de manifestação técnica sobre a reclassificação de uso industrial Ind-2 para Ind-1b, solicitada pela empresa MWM Internacional Indústria de Motores da América do Sul Ltda, localizada à Avenida Nações Unidas, 22002 - Bairro Santo Amaro, inserida em Zona Mista – ZM3a/03. Inicialmente o processo fora protocolado em SEMPLA em 08.05.2007, através do P.A. nº 2007-0.149.262-3, e em seguida protocolado em SVMA através do P.A. nº 2007-0.258.869-1, de acordo com a portaria 60/SVMA-G/07.

HISTÓRICO DO PROCESSO PRODUTIVO DA EMPRESA

RAMO DE ATIVIDADE

Fabricação de motores de combustão de ciclo Diesel.

DADOS DA PRODUÇÃO

PRODUTOS FABRICADOS

- Motor Sprint
- Motor X12 / X10 / 229

DESCRIÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

RECEBIMENTO E INSPEÇÃO - Setor responsável pelo recebimento e verificação dos produtos recebidos de fornecedores.

ALMOXARIFADO - Locais onde ficam armazenados os conjuntos e subconjuntos a serem enviados para os setores de usinagem, montagem e expedição.

USINAGEM - Setor responsável por usinar peças metálicas fundidas (recebidas de fornecedores), para posterior montagem de motores ou subconjuntos.

MONTAGEM DE MOTORES E SUBCONJUNTOS - Setor responsável pela montagem de motores e subconjuntos para expedição e estoque.

BANCO DE TESTE - Setor responsável por testar os motores provenientes da montagem, certificando que os mesmos estão dentro dos parâmetros especificados pelo centro de pesquisa.

EXPEDIÇÃO - Setor responsável pelo acondicionamento e distribuição de motores e subconjuntos para as montadoras e concessionárias de autopeças.

CONTROLE AMBIENTAL



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

EFLUENTES LÍQUIDOS

É utilizada Osmose Reversa para o sistema de reuso após o tratamento de seus efluentes, garantindo o reaproveitamento inicial de 75 mil litros de água por dia. Osmose Reserva é um processo de tratamento de água que remove a maioria dos componentes orgânicos e até 99% de todos os íons, vírus, bactérias e colóides, usando alta pressão para forçar a passagem de água através da membrana semipermeável, projetada especificamente para esse fim.

O sistema de tratamento da água descartada, oriundo das redes de efluentes sanitária e industrial, é composto de três fases:

- Estação de Tratamento de Efluente Biológico – ETEB;
- Estação de Tratamento de Efluente Industrial – ETEI;
- Estação de Reuso de Água – ERA.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Para segregar e acondicionar seus resíduos, a empresa adota o sistema de coleta seletiva, onde os resíduos gerados nas unidades são separados no ponto de geração. O armazenamento interno se dá como forma de depositar e conter temporariamente os resíduos, até encaminhamento para tratamento ou disposição final (reciclagem, tratamento, co-processamento...).

Todas as remessas de resíduos são acompanhadas de emissão de nota fiscal e/ou manifesto de carga, onde estão especificados os tipos de resíduos e as quantidades.

Anualmente a MWM Internacional apresenta à CETESB o Relatório de Movimentação de Resíduos Classe I e II.

EMISSIONES ATMOSFÉRICAS

Como parte do seu processo produtivo a MWM realiza testes nos motores fabricados e para isso conta com “Bancadas de Testes”, onde são gerados poluentes provenientes da queima de óleo Diesel.

O Equipamento conhecido como “HEADER” já foi instalado e está operando normalmente com a função de diluir os poluentes antes do descarte pelas chaminés.

Antes do lançamento de um motor no mercado, a MWM faz a homologação do produto junto ao IBAMA e CETESB visando à obtenção da LCVM (Licença para Uso da Configuração do Veículo ou Motor) conforme legislação vigente. Dessa forma todos os testes nos novos motores são acompanhados pelos Órgãos até que o mesmo tenha o parecer favorável e possa obter a LCVM para seu lançamento.

CONTROLE DE RUÍDO E VIBRAÇÃO

Devido à característica de seus processos, a empresa não possui operações com alta escala de ruídos e/ou vibrações, não havendo a necessidade de proteções adicionais.

CONSIDERAÇÕES

Para o reenquadramento solicitado, além dos parâmetros de incomodidade estabelecidos na Lei Municipal nº 13885/04 é necessário considerar a contaminação dos corpos d’água através dos efluentes líquidos, a contaminação do solo e do lençol freático, através da disposição dos resíduos sólidos e do armazenamento das matérias primas.

Em relação aos impactos ambientais: emissão de ruídos, emissão de fumaça e gases, contaminação dos corpos d’água foram analisados através de laudos técnicos apresentados.

Foram verificados, em vistoria realizada pelos técnicos do Grupo Técnico de Avaliação de Impacto Ambiental – GTAIA/DECONT-2, acondicionamento da matéria prima, disposição de resíduos, emissão de ruídos, emissão de fumaça e gases.



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Após análise do Relatório constante no P.A. n° 2007-0.258.869-1, foram solicitados diversos documentos conforme consta no Ofício n° 180/DECONT-G/2007, às folhas 82, a saber: emissão de ruídos gerados nas atividades da empresa, com base na NBR 10.151/2000, que visa o conforto da comunidade e os efluentes líquidos, gerados nas atividades da empresa, com base na Resolução CONAMA 357/2005.

Em resposta ao pedido foi enviado pelo empreendedor:

- Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde, de 24/04/07, às fls. 89 a 101;
- Boletim de análise dos Efluentes da ETE Biológica, de 23/07/07, às fls. 105 a 108;
- Boletim de análise dos Efluentes do Despejo Final, de 23/07/07, às fls. 109 a 115;
- Boletim de análise dos Efluentes da ETE Industrial, de 24/07/07, às fls. 116 a 117;
- Laudo Técnico "Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade", de out/07, às fls. 118 a 129;
- Croqui de localização dos pontos da Avaliação do Ruído, às fls. 131;
- Croqui de localização, Uso e Ocupação do Solo – Plano Regional Estratégico, às fls. 133;
- Níveis Máximos de Ruído em db (A) – Quadro 2G, às fls. 134 a 136;
- Quadro de Leitura (Ruído), às fls. 138;
- Fachada da MWM, às fls. 140;
- Certificado de Calibração, às fls., 142 a 144;
- ART, às fls. 145;
- Declaração de Incomodidade, às fls. 148.

Consta no P.A. 2007-0.258.869-1 a Manifestação Técnica do Grupo Técnico de Áreas Contaminadas – GTAC, por ser tratar de área industrial. O GTAC informa que o gerenciamento da área está sendo acompanhado pela CETESB (fl. 163).

Analisando os documentos apresentados temos a informar que o requerente atendeu o solicitado no Ofício n° 180/DECONT-G/2007.

Complementarmente a essa documentação foram solicitados pela Câmara Técnica por meio dos Comunique-se n°s 01/CADES/08, 03/CADES/08, 04/CADES/09 e 05/CADES/09: laudo técnico sobre número de motores que são submetidos à bancada de testes a cada mês na MWM, bem como, a forma pela qual são tratadas as emissões atmosféricas resultantes dos referidos testes. Após análise destes a Câmara Técnica considera que o requerente atendeu ao solicitado.

A Câmara Técnica recomenda providenciar o enclausuramento do gerador de energia elétrica, que produz ruído alto quando acionado.

Desse modo, a Câmara Técnica considera que a empresa MWM Internacional Indústria de Motores da América do Sul Ltda atende a legislação vigente quanto aos itens analisados. Sendo assim, encontra-se em condições ambientais favoráveis para a reclassificação de Ind 2 para Ind 1 b.



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Este Parecer Técnico considera as condições ambientais para fins de reclassificação de uso industrial não eximindo o empreendedor de atender às demais legislações no âmbito federal, estadual e municipal.

Coordenadora Helena Magozo: Algum comentário dos conselheiros?

Cons. Pedro: Eu queria um esclarecimento, se o zoneamento anterior as M3, que não está constando, se era uma zona estritamente industrial, uma antiga Z6, e se você tem dados sobre a data da instalação da indústria no local?

Cons. Luis: Eu não tenho anotado esse dado da indústria, mas ele era sim uma Z6.

Cons. Pedro: Mas era uma indústria previamente existente?

Cons. Luis: Isso, sim.

Cons. Marcos Moliterno: Acho que foi instalado em 71, viu Pedro, um representante da MWM ele falou que foi instalado em 71.

Cons. Yara: Não ficou bem claro para mim em relação às considerações num ponto, para o enquadramento solicitado dos parâmetros de incomodidade estabelecidos na Lei Municipal nº 13885/04, que é necessário considerar a contaminação dos corpos d'água através dos efluentes líquidos, a contaminação do solo e do lençol freático, através da disposição dos resíduos sólidos e do armazenamento das matérias primas. A outra questão que eu gostaria de saber. Por exemplo, ainda está pendente que a Câmara Técnica mesmo fez a colocação onde recomenda providenciar enclausuramento do gerador de energia elétrica, que produz ruído alto quando acionado, isso aí não pode declinar depois que o conselho venha a aprovar? Não pode ficar assim a deriva?

Cons. Luis: Essa questão do conselho eu deixo para Helena. Mas com relação a questão dos parâmetros e efluentes que você tinha citado a legislação de uso do solo ela já dá para várias zonas de uso alguns parâmetros de incomodidades que eles tem que observar, tem emissão de ruído, horário de carga e descarga, vibração associada, emissão de radiação, são alguns parâmetros que a legislação já contém, nesse caso, da reclassificação de uso industrial, que é um caso que está previsto nessa legislação também se entende que só esses parâmetros não são suficientes e aí sim entra essa análise dos efluentes líquidos, de outros fatores que possam ter um impacto ambiental da atividade industrial que foram os que foram solicitados tanto pelo DECONT, quanto os que foram analisados pelos membros da Câmara Técnica, então é uma complementação ao que a legislação já coloca.

Cons. Yara: E quanto ao ruído?

Cons. Luis: Quanto ao ruído, é uma recomendação ao que me recordo do processo, é aquela coisa, na média o ruído está atendido, mas foi colocado pelos membros da Câmara Técnica que quando ele é acionado tem um ruído alto no momento de acionamento, então que essa recomendação vai para resolução. É uma recomendação para que esse possa ser atenuado.

Cons. Yara: Vocês garantem?

Cons. Luis: É uma recomendação, não é uma obrigatoriedade.



ATA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Helio Neves: Mas acho que o CADES pode, recebendo o relatório, apresentar como exigência, como obrigação, isso não há problema.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos para votação do relatório como ele foi apresentado, a Rita Ogera quer falar, por favor.

Cons. Rita: Eu só queria complementar. Como o entorno também têm algumas indústrias, à questão do ruído, foi colocada até como recomendação porque é além de ter ruído das indústrias, tem a questão do ruído de fundo, então por conta disso foi colocado como uma recomendação.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para deliberação como está colocado no relatório, está bom? Depois, se tiver qualquer outra opção a gente vota em separado a mudança. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do relatório apresentado pela Câmara Técnica nos termos colocados permaneçam como estão. Alguma abstenção ou voto contrário? Então **está aprovado por unanimidade**. Obrigada a presença de todos e todas.

Hélio Neves

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros Presentes:

ANDREA DE OLIVEIRA TOURINHO	MARCO ANTONIO BARBIERI
ANGELO IERVOLINO	MARCOS MOLITERNO
ANTONIO CUNHA DO N. HEITOR	MARIA REGINA BRAGA LAGONEGRO
DIRCE CARREGÃ BALZAN	MAURICIO GUILHERME SIMAÕ
E. EMIRENE NOGUEIRA	PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
FRANCISCO J. CALHEIROS R. FERREIRA	REGINA LUISA F. DE BARROS
GIOVANNI PALERMO	ROSE MARIE INOJOSA
JORGE JAMAL AYAD BADRA	SOURAK ARANHA BORRALHO
JOSÉ CARLOS ANDERSEN	VALTER LUIZ VENDRAMIN
LADY VIRGINIA TRADI MENESES	VERA LUCIA A. CARDOSO ALEGRO
LUCIANA FERNANDA B. ALVES DE MOURA	WAGNER TAVEIRA DA SILVA
LUIS OLIVEIRA RAMOS	YARA TOLEDO

Conselheiros com justificativa de ausência:

DANIEL SANTOS REIS / FERNANDA FALBO F. DE MELLO / PLINIO TOMAZ / WAGNER TADEU MATIOTA

Conselheiros Suplentes presentes:

BEATRIZ FABREGUES / RITA DE CÁSSIA OGERA / VILMA CLARICE GERALDI

Coordenadora Geral:

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO